

## Comentários

---

### **Aspectos complementares de educação**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios tem mostrado, nos últimos anos, os avanços ocorridos nos indicadores de escolaridade no Brasil. Os resultados da pesquisa suplementar de 2006 permitiram complementar aspectos regularmente investigados sobre educação e compará-los com os dados de 2004, quando a pesquisa suplementar sobre este mesmo tema também foi realizada.

Segundo os dados da pesquisa, havia no Brasil, em 2006, cerca de 59 milhões de crianças e adolescentes com até 17 anos de idade, dos quais, aproximadamente, 45 milhões freqüentavam escola ou creche, ou seja, 75,8% do total de pessoas nesta faixa etária, apontando um percentual superior ao estimado em 2004 (73,8%).

Os resultados mostraram diferenças regionais marcantes na taxa de freqüência à escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade. A Região Norte apresentou a menor taxa, estimada em 69,5%, e a Região Sudeste, a maior (78,5%). Apesar das diferenças regional na magnitude do indicador, a taxa aumentou em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Centro-Oeste (elevação de 3,5 pontos percentuais).

Considerando as Unidades da Federação, o Rio de Janeiro foi o estado com a maior taxa de freqüência à escola ou creche (80,3%) e o Acre, a menor (65,1%).

Em 2006, cerca de 14 milhões de crianças de 0 a 17 anos de idade, em todo o Brasil, estavam fora da escola ou creche. Um contingente bastante elevado, contudo, analisando a distribuição etária destas crianças e adolescentes, foi observado que, deste total, 82,4% tinham de 0 a 6 anos de idade, 4,6% de 7 a 14 anos e 13,0% de 15 a 17 anos. Desse modo, o grupo etário em que as crianças deveriam estar matriculadas no ensino fundamental - ensino obrigatório - apresentou um percentual de não freqüência à escola relativamente baixo (4,6%) e inferior ao registrado em 2004 (5,1%).

Por grupos de idade, percebeu-se que a proporção de crianças de 0 a 3 anos que freqüentava creche foi estimada em 15,5%. Este valor cresceu em relação a 2004, quando foi estimado em 13,4%. O Sudeste foi a região que apresentou o maior percentual de crianças freqüentando creche (19,2%). No outro extremo, a Região Norte, registrou o menor percentual para este indicador (8,0%).

**Tabela 2 - Taxa de freqüência a escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004/2006**

Grupos de idade	Taxa de freqüência a escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>2004</b>						
<b>Total</b>	<b>73,8</b>	<b>67,0</b>	<b>72,8</b>	<b>76,6</b>	<b>74,6</b>	<b>70,4</b>
0 a 3 anos	13,4	5,7	11,8	16,2	18,5	8,8
4 a 17 anos	88,1	83,2	88,0	90,4	86,7	86,1
4 a 6 anos	70,5	57,9	75,7	74,8	60,2	61,7
7 a 14 anos	97,1	94,9	96,1	98,1	97,8	97,2
15 a 17 anos	81,9	78,6	78,9	85,4	81,7	79,9
<b>2006</b>						
<b>Total</b>	<b>75,8</b>	<b>69,5</b>	<b>75,1</b>	<b>78,5</b>	<b>75,5</b>	<b>73,9</b>
0 a 3 anos	15,5	8,0	13,3	19,2	18,3	11,5
4 a 17 anos	90,0	86,0	89,9	92,1	88,2	88,6
4 a 6 anos	76,0	64,2	80,4	80,9	66,4	67,0
7 a 14 anos	97,6	96,0	96,9	98,3	98,4	98,1
15 a 17 anos	82,2	79,1	79,6	85,2	80,7	83,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Para as crianças em idade de cursar o pré-escolar, de 4 a 6 anos, pôde-se observar os maiores incrementos na taxa de escolarização: 5,5 pontos percentuais de 2004 para 2006. Para esta faixa etária, o resultado da Região Nordeste registrou a segunda maior taxa de escolarização (80,4%), ficando atrás somente da Região Sudeste (80,9%). As Regiões Sul (66,4%) e Norte (64,2%) apresentaram as menores proporções de crianças freqüentando escola, nesta faixa etária. Em 2004, a mais elevada taxa de escolarização, para esta faixa etária, foi a da Região Nordeste (75,7%).

Considerando as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, em idade de cursar o ensino fundamental, a taxa de escolarização ultrapassou 95,0% em todas as

regiões. No Brasil, em 2006, apenas 2,4% das pessoas nesta faixa etária não estavam na escola, e em termos regionais, as diferenças não são tão marcantes. Por Unidade da Federação vale destacar Santa Catarina (99,0%), São Paulo (98,8%) e Distrito Federal (98,7%) que apresentaram as maiores taxas de escolarização para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade. A menor taxa foi estimada para o Acre (94,0%).

No grupo de pessoas com idade para estar cursando o ensino médio (15 a 17 anos), as diferenças regionais voltam a ser marcantes. A Região Norte apresentou, entre as regiões, o resultado mais alto nesta faixa: 20,9% destes jovens estavam fora da escola.

É importante salientar que, embora ainda sejam encontradas diferenças regionais fortes, em todas houve evolução nos indicadores de frequência escolar em relação a 2004. A melhora mais significativa na taxa de escolarização foi para as crianças com idade de 4 a 6 anos.

Em 2006, a taxa de escolarização feminina superou a masculina nas três faixas etárias em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o pré-escolar e os ensinos fundamental e médio. Este fato foi observado em todas as Grandes Regiões. Para as crianças de 0 a 3 anos de idade, a taxa de frequência à creche foi maior para os meninos (16,1%) do que para as meninas (14,8%). Para esta faixa de idade, na Região Norte, o comportamento foi inverso ao encontrado para o Brasil e na Região Nordeste praticamente não houve diferenças entre as taxas por sexo.

A partir dos dados da pesquisa ficou evidenciado que a frequência à escola ou creche crescia com o aumento do rendimento mensal domiciliar *per capita*. Este comportamento foi observado em todas as faixas de idade consideradas (0 a 3 anos, 4 a 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos). No Brasil, enquanto para as crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* na faixa de sem rendimento a menos de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, a taxa de frequência à escola ou creche foi de 69,3%, para aquelas moradoras em domicílios com rendimento *per capita* de 2 ou mais salários mínimos, a taxa atingiu 86,0%. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões, contudo, vale destacar que o Nordeste foi a região que apresentou o menor percentual (28,8%) dessas crianças e adolescentes ausentes da escola ou creche para a classe de rendimento mais baixa analisada. Além disso, esta região mostrou também a menor diferença, em pontos percentuais, entre as taxas das classes de rendimentos mais baixa e mais alta.

Outro aspecto importante foi que, para as crianças de 7 a 14 anos de idade, moradoras em domicílios com rendimento *per capita* de 2 ou mais salários mínimos, o ensino praticamente alcança a universalização (99,7%). A Região Norte foi a que apresentou a menor taxa de escolarização (99,0%) e, a Centro-Oeste, a maior, a totalidade.

**Tabela 3 - Taxa de frequência a escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2006**

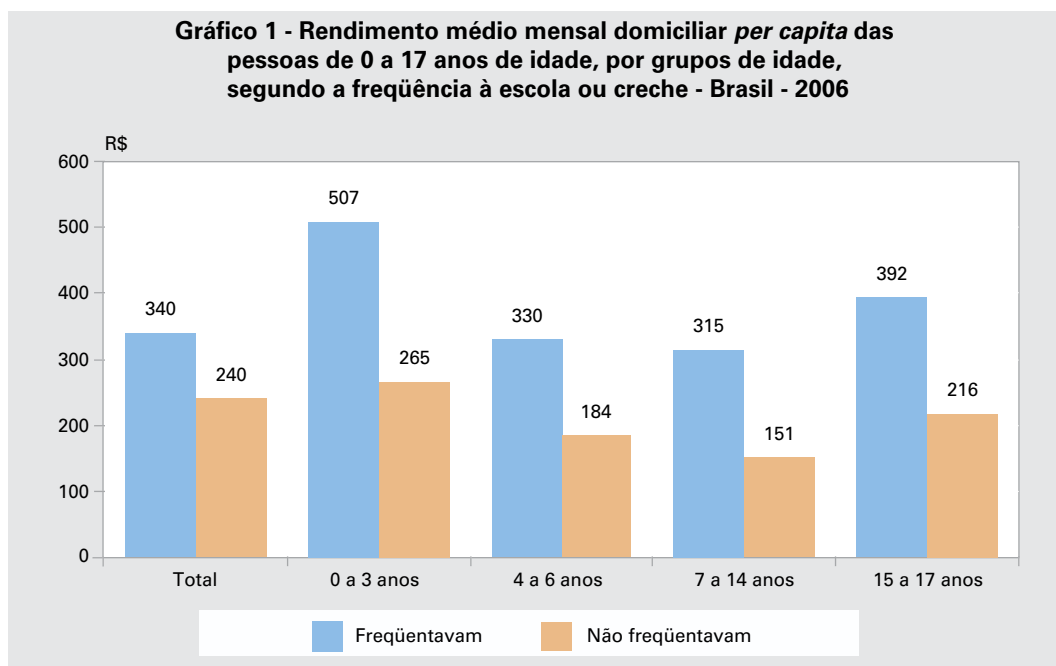
Grupos de idade e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Taxa de frequência a escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>0 a 3 anos (1)</b>	<b>15,4</b>	<b>8,0</b>	<b>13,3</b>	<b>19,2</b>	<b>18,3</b>	<b>11,4</b>
Sem rendimento a menos de 1/4 do salário mínimo (2)	9,4	5,0	9,4	12,2	11,2	8,2
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	10,7	5,9	11,3	13,8	8,2	6,8
1/2 a menos de 1 salário mínimo	16,2	8,7	17,9	17,9	17,3	10,6
1 a menos de 2 salários mínimos	21,8	12,8	25,8	22,2	23,8	14,6
2 salários mínimos ou mais	34,3	28,5	32,8	35,3	38,3	26,5
<b>4 a 6 anos (1)</b>	<b>76,0</b>	<b>64,2</b>	<b>80,4</b>	<b>80,9</b>	<b>66,4</b>	<b>67,0</b>
Sem rendimento a menos de 1/4 do salário mínimo (2)	66,7	54,5	73,1	66,0	47,6	51,2
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	71,0	60,4	80,0	73,9	52,9	59,2
1/2 a menos de 1 salário mínimo	79,2	70,1	90,4	82,5	67,6	67,4
1 a menos de 2 salários mínimos	85,6	82,8	95,5	89,2	76,5	75,0
2 salários mínimos ou mais	92,2	82,2	97,0	94,0	86,4	93,5
<b>7 a 14 anos (1)</b>	<b>97,7</b>	<b>96,0</b>	<b>96,9</b>	<b>98,3</b>	<b>98,4</b>	<b>98,1</b>
Sem rendimento a menos de 1/4 do salário mínimo (2)	95,9	95,0	96,0	96,3	96,2	95,0
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	97,0	95,1	96,8	97,7	97,2	98,1
1/2 a menos de 1 salário mínimo	98,1	96,9	97,7	98,3	98,5	98,0
1 a menos de 2 salários mínimos	99,2	98,2	99,2	99,3	99,4	99,0
2 salários mínimos ou mais	99,7	99,0	99,3	99,8	99,7	100,0
<b>15 a 17 anos (1)</b>	<b>82,2</b>	<b>79,1</b>	<b>79,7</b>	<b>85,3</b>	<b>80,7</b>	<b>83,0</b>
Sem rendimento a menos de 1/4 do salário mínimo (2)	73,5	69,9	74,6	74,2	68,3	71,6
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	77,2	75,7	77,9	78,7	70,5	77,9
1/2 a menos de 1 salário mínimo	81,8	81,2	81,8	82,7	80,6	79,8
1 a menos de 2 salários mínimos	87,8	88,1	91,4	89,4	81,5	88,4
2 salários mínimos ou mais	95,5	94,6	94,7	95,9	95,8	94,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas moradoras em domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Outra forma de perceber a relação entre rendimento domiciliar e frequência à escola ou creche foi através do rendimento médio mensal *per capita* dos domicílios. Este rendimento para as crianças de 0 a 3 anos que não frequentavam creche correspondia a 52,3% daquelas que frequentavam. O percentual deste rendimento das pessoas que não frequentavam escola em relação ao dos estudantes por grupos de idade foram as seguintes: 4 a 6 anos (55,8%); 7 a 14 anos (47,9%) e 15 a 17 anos (55,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Entre as pessoas de 0 a 17 anos de idade que frequêntavam escola ou creche no Brasil, 83,6% estavam na rede pública e, conforme a classe de rendimento domiciliar *per capita* aumentava, menor era esta proporção. Este comportamento foi observado em todas as regiões e em todos os tipos de educação infantil e níveis de ensino.

A rede pública mostrou-se predominante no atendimento aos estudantes dos ensinos fundamental (87,8%) e médio (80,4%). Para os estudantes residentes em domicílios com rendimento *per capita* na faixa de sem rendimento a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo este percentual alcançou 97,8% no fundamental e 96,9% no médio.

A Região Norte foi a que mostrou a maior proporção de atendimento pela rede pública no pré-escolar (77,1%), no ensino fundamental (92,9%) e no ensino médio (84,7%). A rede pública, nesta região, recebia 63,3% das crianças que frequêntavam creche, proporção similar a da Região Sul, com 63,5%.

O percentual de crianças que frequêntavam estabelecimentos da rede particular foi maior para a creche, 42,3% no Brasil, do que os observados para o pré-escolar e os demais níveis de ensino. A Região Nordeste foi onde este indicador se apresentou mais elevado (45,2%).

De acordo com os dados de 2006, o percentual de crianças, no Brasil, que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola cresceu em relação às estimativas de 2004. Para os que frequêntavam creche, o aumento foi percebido apenas na rede particular de ensino (de 41,0%, em 2004, para 43,9%, em 2006). Contudo, foi somente neste nível de ensino que a rede pública apresentou proporção de crianças que permaneciam mais de 4 horas diárias (61,6%) maior que a registrada para a rede particular (43,9%). A preponderância destes indicadores da rede particular, em relação à rede pública, nos demais níveis de ensino foi de 2,2 pontos percentuais na pré-escola, 17,5 pontos percentuais no ensino fundamental e 24,5 pontos percentuais no ensino médio.

**Tabela 4 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam escola ou creche, por Grandes Regiões, segundo o tipo de educação infantil ou nível de ensino e a rede de ensino que freqüentavam - 2004/2006**

Tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam escola ou creche (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>2004</b>						
<b>Creche (1)</b>						
Rede pública	57,1	63,9	50,0	58,7	63,6	53,1
Rede particular	42,9	36,1	50,0	41,3	36,4	46,9
<b>Pré-escolar (1)</b>						
Rede pública	72,5	74,2	71,0	73,1	76,5	67,5
Rede particular	27,5	25,8	29,0	26,9	23,5	32,5
<b>Fundamental (1)</b>						
Rede pública	88,2	92,3	88,6	86,1	91,3	86,7
Rede particular	11,7	7,7	11,4	13,9	8,7	13,3
<b>Médio (1)(2)</b>						
Rede pública (2)	79,5	83,1	75,4	79,7	83,1	77,3
Rede particular (2)	20,5	16,9	24,6	20,2	16,9	22,7
<b>2006</b>						
<b>Creche (1)</b>						
Rede pública	57,7	63,3	54,8	57,0	63,5	56,9
Rede particular	42,3	36,7	45,2	43,0	36,5	43,1
<b>Pré-escolar (1)</b>						
Rede pública	73,5	77,1	70,8	74,6	75,5	71,5
Rede particular	26,5	22,9	29,2	25,4	24,3	28,5
<b>Fundamental (1)</b>						
Rede pública	87,8	92,9	87,9	85,9	90,4	85,7
Rede particular	12,2	7,1	12,1	14,1	9,6	14,3
<b>Médio (1)(2)</b>						
Rede pública (2)	80,4	84,7	78,8	80,5	82,3	77,1
Rede particular (2)	19,6	15,3	21,2	19,5	17,7	22,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Nota: Exclui-se as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos ou de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Verificou-se que, de uma forma geral, quanto mais elevado o nível de escolaridade, maior era a proporção de pessoas com permanência diária acima de 4 horas, tanto na rede pública quanto na particular (excluída a freqüência à creche). Em duas regiões este comportamento não foi observado para a rede pública, foram elas as Regiões Centro-Oeste e Sul. No Centro-Oeste, os percentuais de permanência acima de 4 horas na pré-escola (43,9%) e no ensino fundamental (43,4%) foi praticamente o mesmo e, na Região Sul, o percentual de crianças da pré-escola que permaneciam na escola por mais de 4 horas (28,1%) foi maior que os registrados para o ensino fundamental (19,2%) e para o médio (24,6%).

A Região Sul apresentou o menor percentual de pessoas com permanência diária acima de 4 horas para o ensino médio (29,6%) e o segundo menor para o ensi-

no fundamental (21,3%), atrás somente da Região Norte (19,6%). O Sul registrou, no entanto, o maior para as que freqüentavam creche (71,7%).

A Região Sudeste, por sua vez, apresentou elevado percentual de crianças com permanência diária de mais de 4 horas na creche (71,4%, atrás somente da Região Sul) e as maiores proporções na pré-escola (50,2%), no ensino fundamental (72,2%) e no ensino médio (72,8%).

**Tabela 5 - Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola ou creche na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava escola ou creche, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004/2006**

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola ou creche na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava escola ou creche (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>2004</b>						
<b>Total</b>						
Creche (1)	53,1	15,5	18,6	70,0	70,7	67,5
Pré-escolar (1)	29,7	9,1	10,9	46,8	29,1	44,5
Fundamental (1)	40,6	20,2	21,8	68,5	18,2	46,7
Médio (1)(2)	53,7	39,4	43,8	68,1	24,1	60,1
<b>Rede pública</b>						
Creche	62,3	15,1	24,1	80,1	76,1	79,1
Pré-escolar	29,0	7,9	9,4	46,6	26,7	46,9
Fundamental	38,5	18,7	19,4	67,7	16,2	44,5
Médio (2)	49,0	33,2	37,7	64,8	19,2	53,5
<b>Rede particular</b>						
Creche	41,0	16,1	13,1	55,7	61,1	54,4
Pré-escolar	31,6	12,5	14,5	47,5	36,4	39,5
Fundamental	56,3	38,2	40,3	73,0	38,4	61,6
Médio (2)	71,9	69,6	62,3	81,6	48,4	82,4
<b>2006</b>						
<b>Total</b>						
Creche (1)	54,1	17,2	20,7	71,4	71,7	62,6
Pré-escolar (1)	32,2	10,3	14,1	50,2	30,6	44,2
Fundamental (1)	43,8	19,6	26,6	72,2	21,3	46,2
Médio (1)(2)	56,5	40,4	46,9	72,8	29,6	55,7
<b>Rede pública</b>						
Creche	61,6	16,3	24,8	81,4	77,6	71,5
Pré-escolar	31,6	9,3	12,4	50,5	28,1	43,9
Fundamental	41,6	18,1	24,2	71,6	19,2	43,4
Médio (2)	51,7	35,1	40,5	69,4	24,6	48,5
<b>Rede particular</b>						
Creche	43,9	18,9	15,7	58,2	61,3	50,8
Pré-escolar	33,8	13,6	18,1	49,4	38,4	45,0
Fundamental	59,1	39,0	44,2	76,3	40,4	63,3
Médio (2)	76,2	69,7	70,6	86,6	52,7	79,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Nota: Exclui as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos ou de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Enquanto na rede pública, 45,8% das pessoas de 0 a 17 anos faltaram à escola ou creche pelo menos uma vez nos últimos 60 dias, na rede particular este percentual era 40,3%. Cenário semelhante foi observado em todos os níveis de ensino.

O motivo mais declarado para as crianças e adolescentes estarem ausentes da escola ou creche, por pelo menos 1 dia, neste período, foi por estarem doentes (59,6%), tanto na rede pública (58,0%) como na particular (69,1%), com mais intensidade nesta última. Esta foi a razão mais citada em todas as regiões. Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis foi o segundo motivo mais apresentado (16,0%) e que representou 16,5% do contingente que freqüentava a rede pública e, 12,7% daquele da rede particular.

Enquanto na rede pública, 10,2% das crianças faltaram às escolas no período de referência de 60 dias por não ter transporte escolar, devido à distância, por não ter quem as levasse ou por falta de professor ou greve, na rede particular, estes motivos foram observados para 3,6% das crianças. Um dos fatores que podem ter contribuído para que esta proporção tenha sido mais alta para o contingente que freqüentava a rede pública de ensino foi o rendimento médio domiciliar *per capita* menor que o daqueles da rede particular.

Desagregando os motivos por faixa de idade, a proporção dos que faltaram a escola ou creche por doença declinou com o aumento da faixa etária. Para as crianças de 0 a 3 anos, 74,6% faltaram pelo menos 1 dia de creche por esta razão e para os adolescentes de 15 a 17 anos esta parcela foi de 45,2%.

Por outro lado, o percentual daqueles que faltaram por vontade própria ou dos pais (ou responsáveis) era maior conforme aumentava a idade. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, 25,5% declaram não ter ido à escola por esta razão, para aqueles de 7 e 14 anos esta estimativa ficou em 15,0%, para as crianças de 4 a 6, anos em 10,8% e para as crianças de 0 a 3 anos, em 8,8%.

O acesso a algum tipo de refeição gratuita funciona como um estímulo à presença das crianças e adolescentes nas creches e escolas, especialmente para os oriundos de domicílios com rendimentos mais baixos, além de favorecê-las no processo de aprendizagem. Na rede pública, para as creches (97,4%), pré-escola (97,2%) e ensino fundamental (96,5%), os percentuais de pessoas que tinham acesso a alguma refeição gratuita eram bastante elevados. No ensino médio o percentual era menor, 58,9%. Na rede particular este serviço atendia somente 16,9% do total das crianças em creche; 10,3%, na pré-escola; 6,9%, no ensino fundamental e 3,2%, no ensino médio.

Por Grandes Regiões, o Nordeste foi o que registrou, para a rede pública, o menor percentual (89,9%) de acesso a merenda escolar ou outra refeição gratuita. Em relação a 2004, a proporção das crianças e adolescentes da rede pública que tinham acesso a alguma refeição gratuita aumentou em todas as regiões, mas, principalmente, no Nordeste (de 81,9%, em 2004, para 89,9%, em 2006).

Um aspecto interessante foi que, nos estabelecimentos onde era oferecido algum tipo de alimentação gratuita, nem todos consumiam, e quanto mais elevado era o nível de escolaridade que freqüentavam, menor era a proporção dos que comiam os alimentos oferecidos. Em 2006, 81,9% das crianças da rede pública consumiam a alimentação oferecida gratuitamente, e na rede particular, 84,6%.

**Tabela 6 - Percentual de pessoas que freqüentavam escola ou creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava escola ou creche, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004/2006**

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que freqüentavam escola ou creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava escola ou creche (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>2004</b>						
<b>Total (1)(2)</b>	<b>75,9</b>	<b>80,5</b>	<b>69,3</b>	<b>78,1</b>	<b>81,7</b>	<b>74,4</b>
Creche (1)	61,6	63,4	48,6	65,6	73,6	56,5
Pré-escolar (1)	71,0	74,2	62,4	75,5	80,6	67,7
Fundamental (1)	82,5	85,9	75,5	84,9	88,7	84,6
Médio (1)(3)	46,3	39,0	32,6	53,8	51,1	25,0
<b>Rede pública (2)</b>	<b>89,0</b>	<b>89,5</b>	<b>81,9</b>	<b>93,2</b>	<b>91,9</b>	<b>89,0</b>
Creche	96,3	95,5	90,4	98,5	98,4	96,7
Pré-escolar	93,3	95,4	84,7	97,9	98,5	96,2
Fundamental	92,6	92,2	84,6	97,4	96,6	96,5
Médio (3)	57,1	46,2	42,1	66,3	60,5	31,6
<b>Rede particular (2)</b>	<b>8,5</b>	<b>10,4</b>	<b>5,7</b>	<b>9,6</b>	<b>12,3</b>	<b>6,8</b>
Creche	15,6	6,6	6,7	18,8	30,2	10,9
Pré-escolar	12,4	13,1	7,9	14,8	22,1	8,4
Fundamental	6,4	10,4	4,7	6,9	6,4	6,8
Médio (3)	4,3	3,9	3,5	4,9	4,6	2,8
<b>2006</b>						
<b>Total (1)(2)</b>	<b>78,6</b>	<b>83,1</b>	<b>75,6</b>	<b>78,9</b>	<b>82,0</b>	<b>77,0</b>
Creche (1)	63,4	65,7	55,5	64,0	74,2	64,5
Pré-escolar (1)	74,1	77,1	68,7	76,7	80,1	72,4
Fundamental (1)	85,6	89,8	82,9	85,6	89,3	84,4
Médio (1)(3)	48,0	40,0	33,9	54,7	52,3	43,3
<b>Rede pública (2)</b>	<b>92,4</b>	<b>92,2</b>	<b>89,9</b>	<b>94,0</b>	<b>93,1</b>	<b>92,7</b>
Creche	97,4	98,2	96,1	97,2	99,3	98,4
Pré-escolar	97,2	97,2	94,3	98,8	98,7	98,5
Fundamental	96,5	96,1	93,7	98,3	97,9	97,6
Médio (3)	58,9	46,4	42,5	67,1	62,8	55,4
<b>Rede particular (2)</b>	<b>8,2</b>	<b>7,7</b>	<b>5,1</b>	<b>9,6</b>	<b>13,2</b>	<b>6,0</b>
Creche	16,9	9,6	6,3	20,1	30,7	19,6
Pré-escolar	10,3	9,5	6,4	11,6	22,7	6,9
Fundamental	6,9	7,2	4,8	8,4	8,8	5,1
Médio (3)	3,2	4,6	1,7	3,8	3,6	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso superior ou de alfabetização de adultos. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular

A Pesquisa investigou também os motivos pelos quais as crianças em idade escolar estavam ausentes da escola. Para as crianças de 0 a 6 anos de idade, o principal motivo declarado foi que não freqüentavam escola ou creche por vontade própria ou de seus pais ou responsáveis (37,2%), valendo destacar que 80,9% das crianças desta faixa etária que não freqüentam escola ou creche tinham apenas de 0 a 3 anos de idade. Nas Regiões Sul e Sudeste, este motivo foi particularmente elevado (52,1% e 50,3%, respectivamente) e na Norte, sua importância foi relativamente menor (17,8%). Nesta faixa de idade, outros motivos determinantes para dificultar o acesso à escola ou creche foram a inexistência de escola ou creche perto de casa, falta de vaga, a escola ou creche perto de casa não oferecia outras séries ou não oferecia curso mais elevado que, juntos, correspondiam a 17,6% das justificativas para as ausências.

A falta de transporte escolar ou de quem levasse as crianças à escola ou creche, ou falta de dinheiro ou documentação foi declarado por 3,0% das crianças de 0 a 6 anos que não freqüentavam escola ou creche como principal motivo por não a freqüentarem.

Os demais motivos (ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho, os pais ou responsáveis preferiam que trabalhasse; doença ou incapacidade) não indicaram relevância, frente às demais razões, para explicar a não freqüência a escola ou creche das crianças deste grupo etário.

**Tabela 7 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam escola ou creche, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o motivo de não freqüentarem escola ou creche - 2006**

Grupos de idade e motivo de não freqüentarem escola ou creche	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam escola ou creche (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>0 a 6 anos (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis, ou concluíram a série ou curso desejado	37,2	17,8	25,0	50,3	52,1	32,5
Não existia escola ou creche perto de casa, falta de vaga na escola ou creche, escola ou creche perto de casa não oferecia outras séries ou curso mais elevado	17,6	16,4	17,4	17,1	22,4	14,1
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho, os pais ou responsáveis preferiam que trabalhassem	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Não tinham quem as levassem, ou falta de transporte escolar, dinheiro ou documentação	3,0	2,6	2,7	2,9	4,8	1,9
Doença ou incapacidade	1,3	0,8	1,9	1,1	1,1	1,4
Outros motivos	40,9	62,4	52,9	28,6	19,4	50,1
<b>7 a 17 anos (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis, ou concluíram a série ou curso desejado	37,8	31,7	38,8	38,8	39,9	34,5
Não existia escola ou creche perto de casa, falta de vaga na escola ou creche, escola ou creche perto de casa não oferecia outras séries ou curso mais elevado	5,8	10,3	5,3	5,2	3,3	7,6
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho, os pais ou responsáveis preferiam que trabalhassem	20,4	18,8	18,9	22,1	21,9	20,7
Não tinham quem as levassem, ou falta de transporte escolar, dinheiro ou documentação	6,3	7,4	6,5	6,3	5,7	4,5
Doença ou incapacidade	8,4	5,7	8,6	9,3	10,0	5,6
Outros motivos	21,3	26,0	21,9	18,4	19,3	27,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração do motivo de não freqüentarem escola ou creche.

Para as crianças e adolescentes de 7 a 17 anos que não freqüentavam escola, 73,8% tinham de 15 a 17 anos, e o principal motivo para não freqüentarem escola foi, como observado para o grupo de 0 a 6 anos, que não freqüentavam por vontade própria ou de seus pais ou responsáveis ou porque concluíram a série ou curso desejado (37,8%). Outro motivo que também se revelou importante foi o relacionado a trabalho ou a afazeres domésticos, 20,4% destas pessoas deixaram de freqüentar a escola para ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho.

## Afazeres domésticos infantil

Com o objetivo de captar informações sobre o contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que realizam afazeres domésticos, foram inseridas, na PNAD 2006, duas perguntas sobre o tema. Uma, que investigava se o morador havia cuidado dos afazeres domésticos na semana de referência e outra, que levantava quantas horas normalmente o morador dedicava a esses afazeres. Compreendendo, como afazeres domésticos, aquelas tarefas realizadas dentro do próprio domicílio, tais como: *arrumar a casa, cozinhar, lavar ou passar roupas, cuidar de crianças, limpar quintal, etc.*

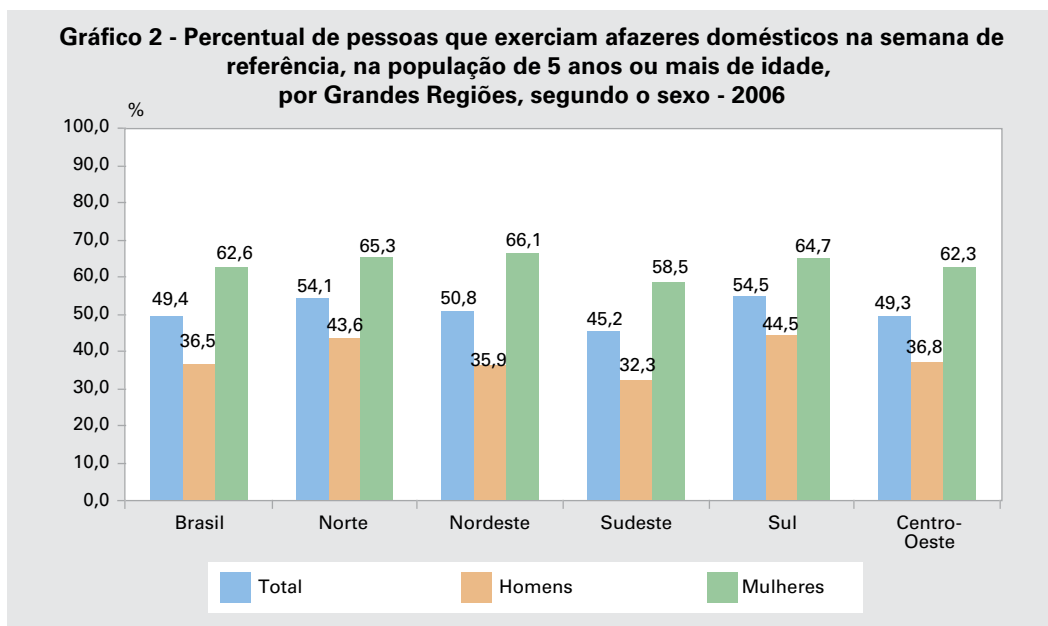
Segundo os resultados, no Brasil, em setembro de 2006, do total de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, estimou-se que 49,4% exerciam afazeres domésticos, o que correspondeu ao contingente de 22,1 milhões de pessoas.

O exercício de afazeres domésticos por crianças e adolescentes, em função das tradições que cercam a formação da família brasileira, é destinado com maior freqüência e intensidade às meninas, tendo em vista, entre outros motivos, a perspectiva de que futuramente assumirão a responsabilidade da sua realização e/ou do seu gerenciamento. Um dos resultados da PNAD 2006 ilustram essa característica inerente a um contingente expressivo de famílias: 46,0% dos cônjuges do sexo feminino com idade de 18 a 55 anos ou mais não trabalhavam.

Além disso, os afazeres domésticos continuam sendo responsabilidade das mulheres adultas, na condição de cônjuge ou não, ainda que inseridas no mercado de trabalho. Em 2006, o percentual de mulheres de 18 anos ou mais de idade que exercia afazeres domésticos era de 92,0%. Entre os homens, pouco mais da metade, 52,4%, realizavam estas tarefas. Fato é que, quando não eram elas que executavam diretamente estes afazeres, estavam, pelo menos, à frente na administração e organização das atividades domésticas.

Na faixa etária de 5 a 17 anos, foi estimada em pouco mais de um terço (36,5%), a proporção das crianças e adolescentes do sexo masculino que cuidaram dos afazeres domésticos na semana de referência. Para as crianças e adolescentes do sexo feminino da mesma faixa de idade, este percentual foi de 62,6%.

No confronto das cinco regiões brasileiras, os percentuais de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que exerciam afazeres domésticos, apresentaram diferenças. O Norte (54,1%) e o Sul (54,5%) apresentaram os maiores percentuais e o Sudeste (45,2%), o menor.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

À medida que aumentava a faixa etária, crescia o percentual de crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos. No Brasil, aproximadamente um quarto das crianças na faixa de 5 a 9 anos (24,7%), exercia afazeres domésticos. Foram encontrados resultados diferenciados na análise por sexo nesta faixa etária: menos de um quinto (18,8%) dos meninos realizava afazeres domésticos e, dentre as meninas, essa proporção foi de aproximadamente um terço (30,9%).

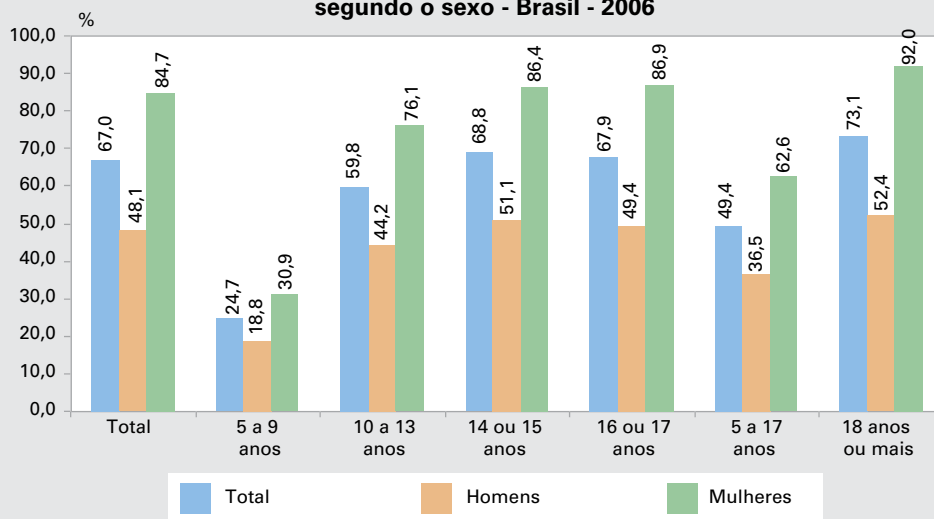
Cabe destacar que, embora fosse representativo o percentual de crianças na faixa etária de 5 a 9 anos de idade que exerciam afazeres domésticos (24,7%), foi na faixa de 10 a 13 anos de idade que se registrou participação mais expressiva (60,0%). O percentual de crianças e adolescentes do sexo feminino, nesta faixa etária, que exerciam afazeres domésticos (76,1%) era, superior ao do sexo masculino na mesma condição (44,2%).

Na faixa etária de 14 ou 15 anos de idade, a participação dos adolescentes que exerciam afazeres domésticos atingiu 68,8%. Para os homens, este percentual era pouco mais da metade (51,1%), enquanto para as mulheres, foi estimado em 86,4%.

Para os adolescentes com 16 ou 17 anos de idade, a distribuição era similar à da faixa anterior. Do total de adolescentes dessa faixa etária, 67,9% exerciam afazeres domésticos, sendo que, dentre os do sexo masculino, o percentual foi de 49,4%, e dentre as do sexo feminino, ficou em 86,9%, em 2006.

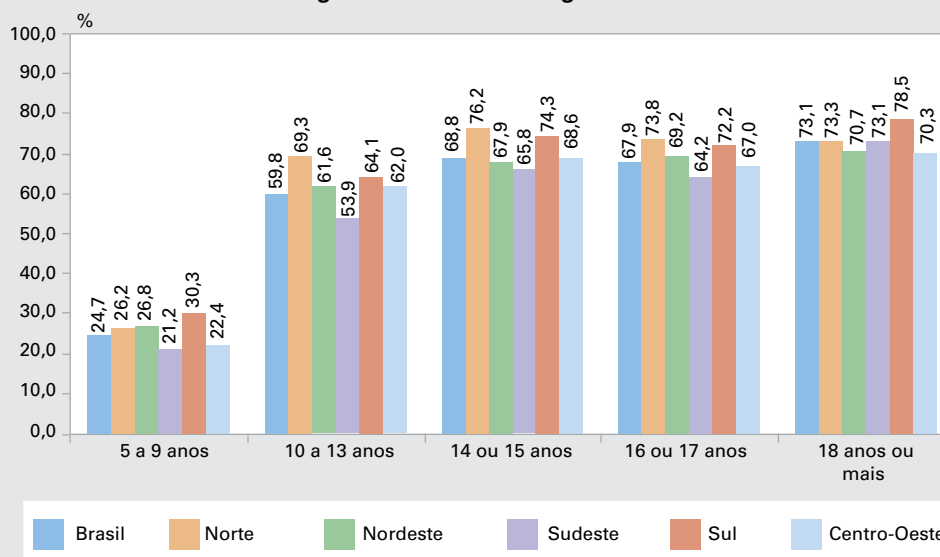
O quadro era bastante diferenciado entre as regiões, no que tange ao percentual de crianças de 5 a 9 anos de idade que realizaram afazeres domésticos. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram, nesta ordem, o percentual mais baixo (21,2%) e o mais alto (30,3%).

**Gráfico 3 - Percentual de pessoas que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, na população de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo o sexo - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

**Gráfico 4 - Percentual de pessoas que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, na população de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2006**



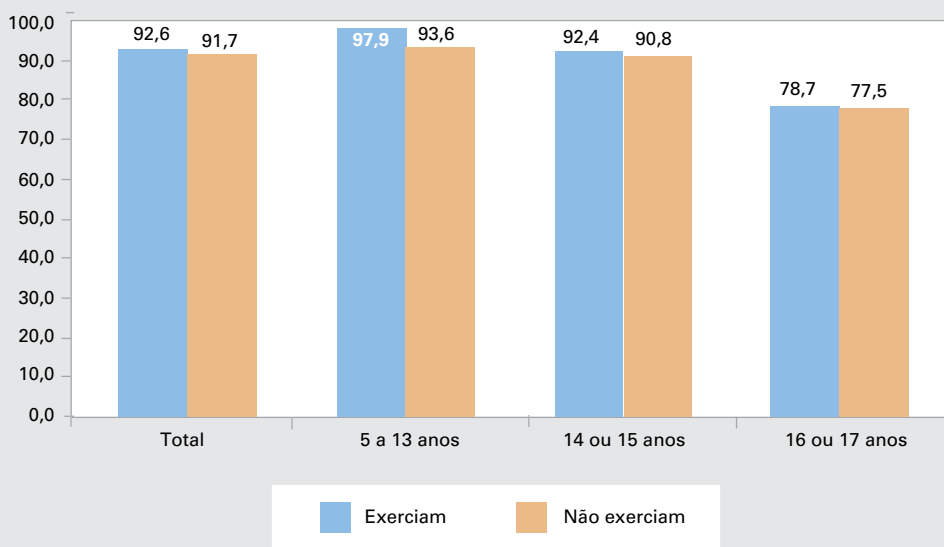
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Aproximadamente nove, em cada dez crianças e adolescentes (92,6%) que exerciam afazeres domésticos, freqüentavam escola. Em todas as faixas de idade, a taxa de escolarização dos que exerciam afazeres domésticos era superior a daqueles que não exerciam, conforme aponta o Gráfico 5.

Em todas as regiões, a taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade que exerciam afazeres domésticos ultrapassou 96,0%. Aqueles que tinham 14 ou 15 anos de idade e se ocuparam com as tarefas domésticas, apresentaram taxas de escolarização que ficaram entre 90,7% (Norte) e 93,9% (Sudeste). Para os que não exerciam afazeres, percebeu-se comportamento diferenciado. A Região Norte, foi a que apresentou a menor taxa de escolarização entre os adolescentes de 14 ou 15 anos de idade que não exerciam afazeres domésticos. As demais regiões superaram 90,0%. A Região Sudeste foi a que apresentou a maior taxa de escolarização entre os que não exerciam afazeres domésticos (93,8%), muito próxima da taxa apresentada, na mesma região, para as crianças e adolescentes que exerciam, 94,0%.

A Região Sudeste foi a que apresentou a maior taxa de escolarização entre os que não exerciam afazeres domésticos (93,8%), muito próxima da taxa apresentada, na mesma região, para as crianças e adolescentes que exerciam, 94,0%.

**Gráfico 5 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo o exercício de afazeres domésticos na semana de referência Brasil - 2006**

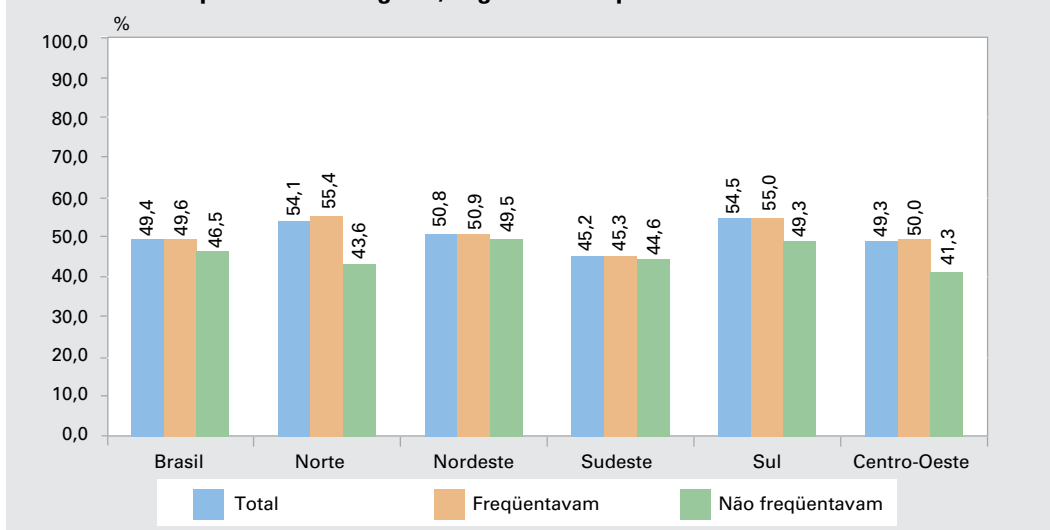


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Do contingente de 41,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que freqüentavam escola, 20,5 milhões, menos da metade (49,6%), exerciam afazeres domésticos. Dentre aqueles que não freqüentavam escola, 46,5% exerciam afazeres domésticos.

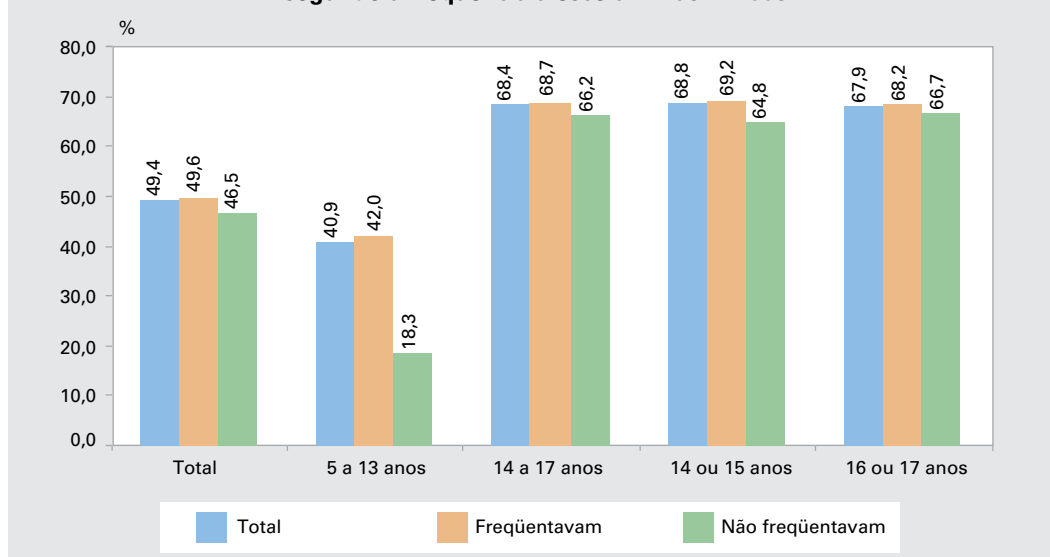
Das crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade que freqüentavam escola, 42,0% exerciam afazeres domésticos. Para esta mesma faixa etária, dentre os que não freqüentavam escola, verificou-se que 18,3% exerciam afazeres domésticos.

**Gráfico 6 - Percentual de pessoas que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo a frequência à escola - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

**Gráfico 7 - Percentual de pessoas que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo a frequência à escola - Brasil - 2006**

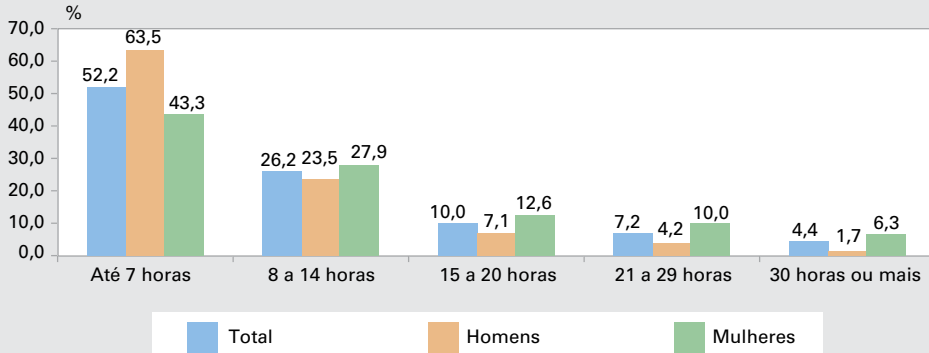


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

No Brasil, em 2006, o tempo dedicado aos afazeres domésticos por mais da metade das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, que o faziam, era de até 7 horas semanais. O exercício dessas atividades ficou na faixa de 8 a 14 horas para o percentual de 26,2% de crianças e adolescentes que executaram essas tarefas. Assim, 78,4% despendiam até 14 horas semanais em afazeres domésticos.

A distribuição das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, por sexo, levando em conta o tempo dedicado aos afazeres domésticos mostrou que 43,3% das mulheres dedicavam até 7 horas por semana, enquanto entre os homens este percentual foi de 67,1%.

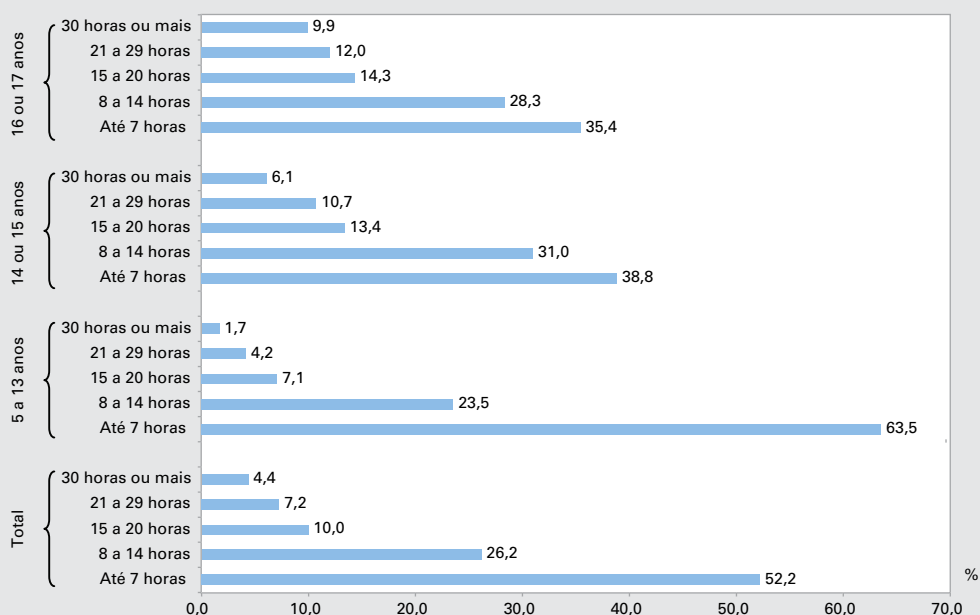
**Gráfico 8 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de horas habitualmente dedicadas por semana a afazeres domésticos, segundo o sexo - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Ainda sobre as horas dedicadas aos afazeres domésticos, registrou-se que a maioria das crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade (63,5%), que exercia esse tipo de tarefa, o fazia por até 7 horas semanais. Dentre aqueles nos grupos de idade de 14 ou 15 anos e 16 ou 17 anos, 78,0% e 86,5%, respectivamente, gastavam mais de 8 horas nas atividades domésticas.

**Gráfico 9 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, que exerciam afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de horas habitualmente dedicadas por semana a afazeres domésticos, segundo os grupos de idade - Brasil - 2006**



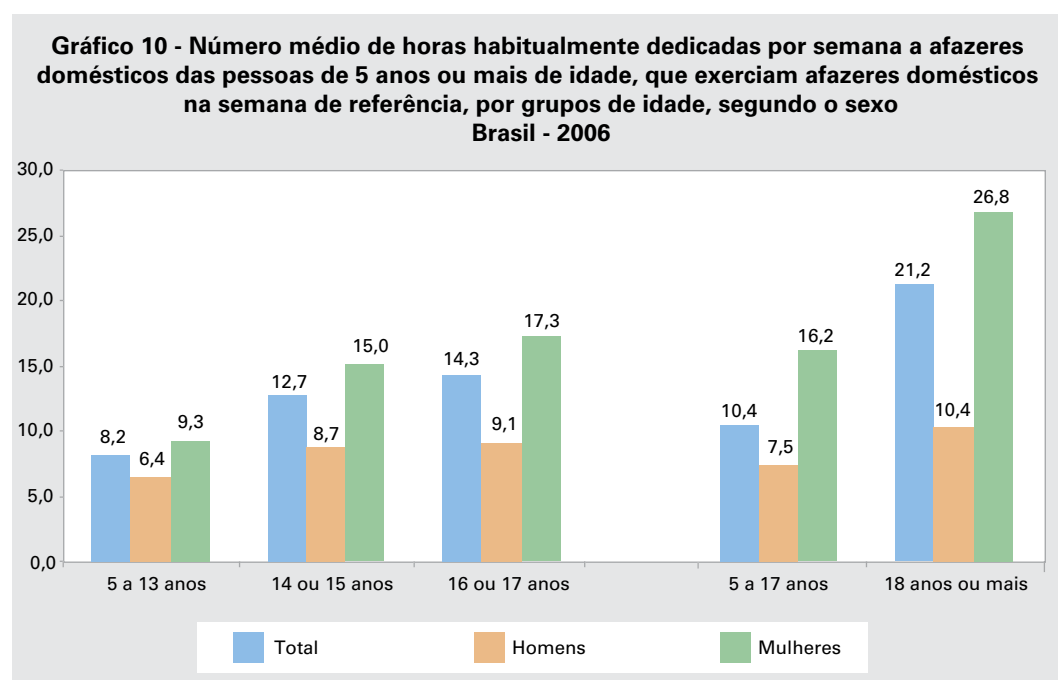
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Na maior parte das regiões, cerca de 10,0% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, que exerciam afazeres domésticos, despendiam mais de 21 horas semanais nessas tarefas. Cabe o destaque para a Região Nordeste onde essa proporção era a mais alta, aproximadamente 14,7%. A Região Sul foi a que apresentou a menor proporção nesta faixa de tempo de dedicação (9,1%).

As análises mostraram, também, que as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade dedicavam, em média, cerca de 10,4 horas semanais aos afazeres domésticos. As da Região Sul foram as que dedicaram o menor número de horas aos afazeres domésticos (9,3 horas), lembrando que nesta região foi verificado, também, o maior percentual de crianças e adolescentes dedicadas aos afazeres domésticos.

O indicador do número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos sinaliza que as crianças e adolescentes do sexo feminino com 5 a 17 anos de idade exerciam estas tarefas com maior intensidade. Cerca de 16,2% delas trabalhavam mais de 21 horas por semana. Ao passo que, para os do sexo masculino, este percentual era de 7,5%.

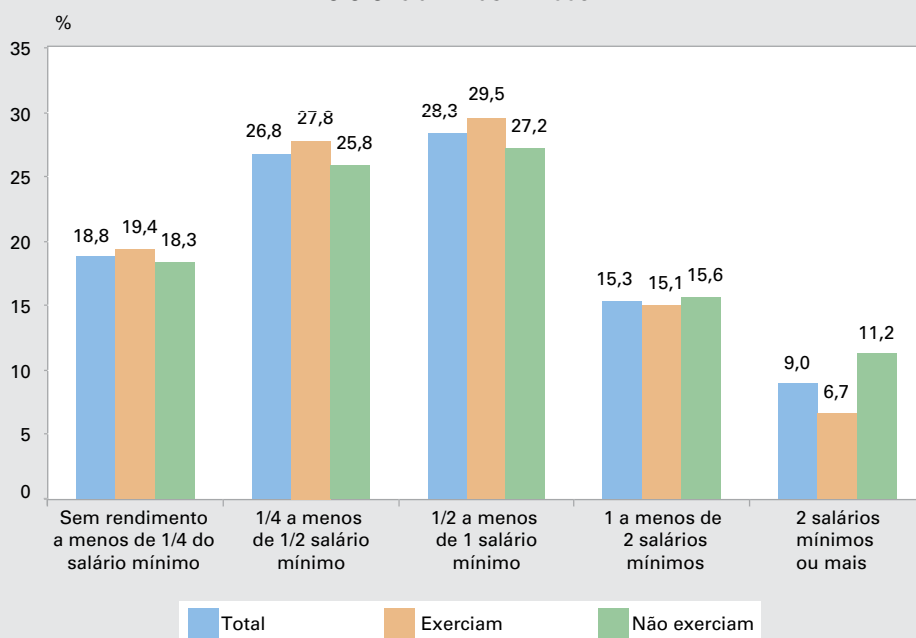
O número médio de horas trabalhadas da população de 18 anos ou mais de idade confirma, através dos resultados apresentados, que as tarefas domésticas, entre os adultos, eram realizadas, com maior intensidade, pelas mulheres. A população com 18 anos ou mais de idade dedicava cerca de 21,2 horas por semana aos afazeres domésticos e, segundo o sexo, verificou-se que, enquanto os homens destinavam, em média, 10,4 horas por semana a estas atividades, as mulheres permaneciam executando-as por cerca de 26,8 horas por semana. Na Região Nordeste, a diferença entre as jornadas dedicadas aos afazeres domésticos por homens e mulheres, era mais forte que a verificada no resultado nacional. Enquanto os homens dedicavam aos afazeres domésticos cerca de 10,8 horas por semana, as mulheres destinavam um tempo superior a estas atividades (28,4 horas).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Buscando compreender a inserção das crianças e adolescentes em afazeres domésticos, analisaram-se algumas características dos domicílios onde elas estavam inseridas, em particular o rendimento mensal domiciliar *per capita*. Foram analisados os domicílios onde havia crianças e adolescentes, os domicílios onde havia crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos e os domicílios onde não havia crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos. Todos estes indicadores apontaram, através da análise da distribuição, uma presença forte de crianças e adolescentes nas classes de rendimento domiciliar mais baixas. Verificou-se que 45,6% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade estavam concentradas nas classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Para as crianças e adolescentes que exerciam e não exerciam afazeres domésticos estas proporções eram de 47,2% e de 44,1%, respectivamente.

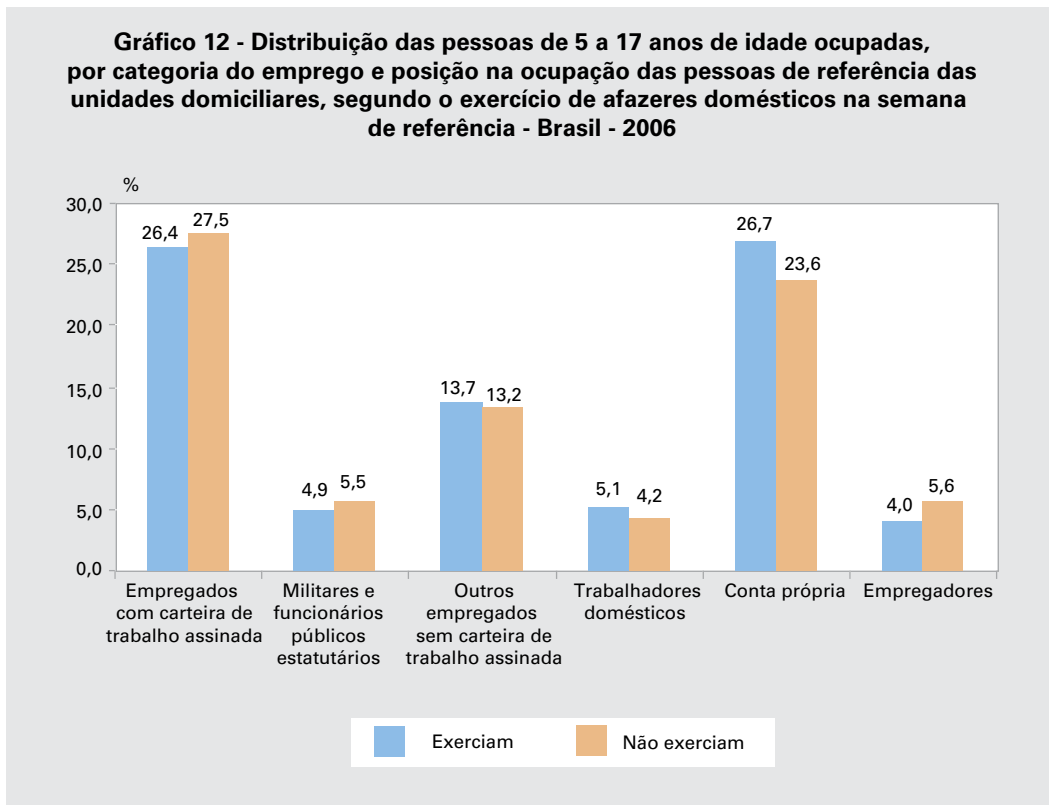
**Gráfico 11 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo o exercício de afazeres domésticos na semana de referência - Brasil - 2006**



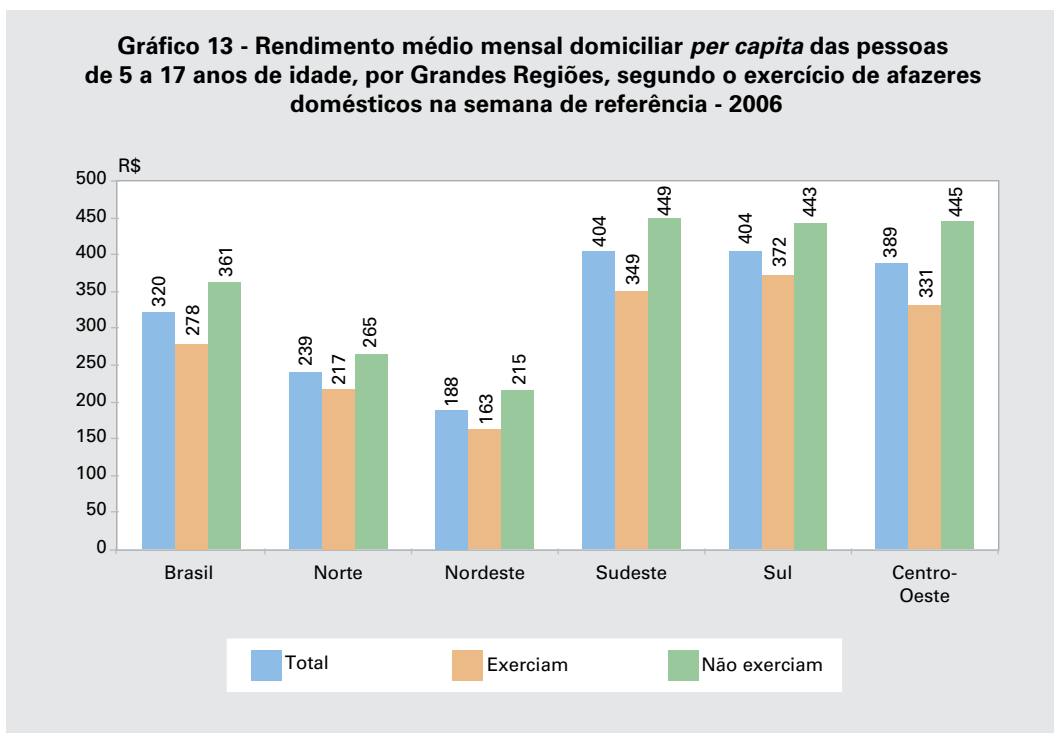
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Na Região Nordeste, a distribuição das crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos apresentou uma forte concentração (70,5%) nas classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*. Na Região Sul, este percentual não atingiu 30,0%.

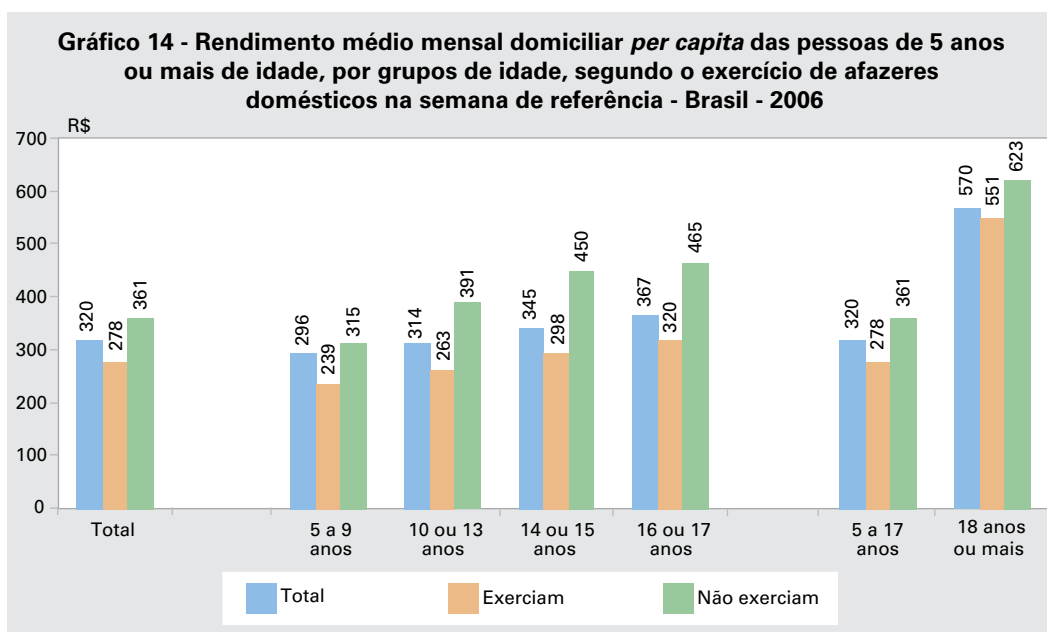
O rendimento médio mensal *per capita* dos domicílios em que vivia alguma criança ou adolescente de 5 a 17 anos de idade que exerciam afazeres domésticos foi estimado em R\$ 278,00, inferior ao rendimento estimado para os domicílios daqueles que não exerciam afazeres domésticos dentro do mesmo grupo etário (R\$ 361,00). As análises mostraram comportamento similar em todas as faixas etárias. Entre as regiões, também verificou-se esta tendência. Os Gráficos 13 e 14 ilustram estas diferenças.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.



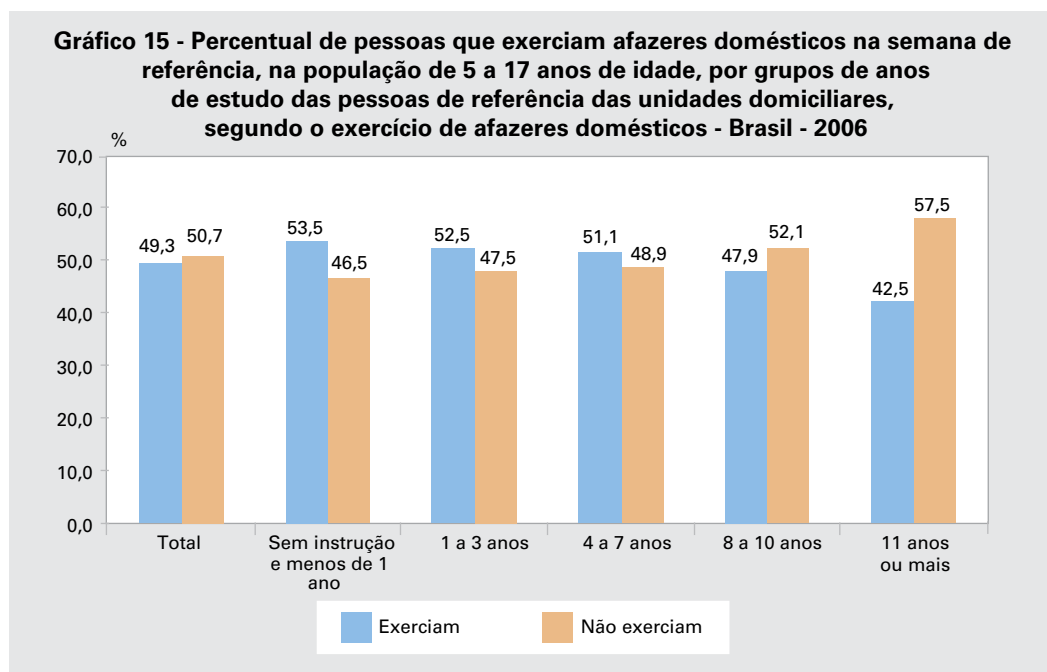
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A análise apontou diferenças entre as crianças e adolescentes que exerciam e não exerciam afazeres domésticos, em função do nível de instrução das pessoas de referência dos domicílios que residiam.

No contingente de crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos, 19,9% residiam em domicílios em que a pessoa de referência tinha 11 anos ou mais de estudo, enquanto entre as que não exerciam este percentual alcançou 26,2%.



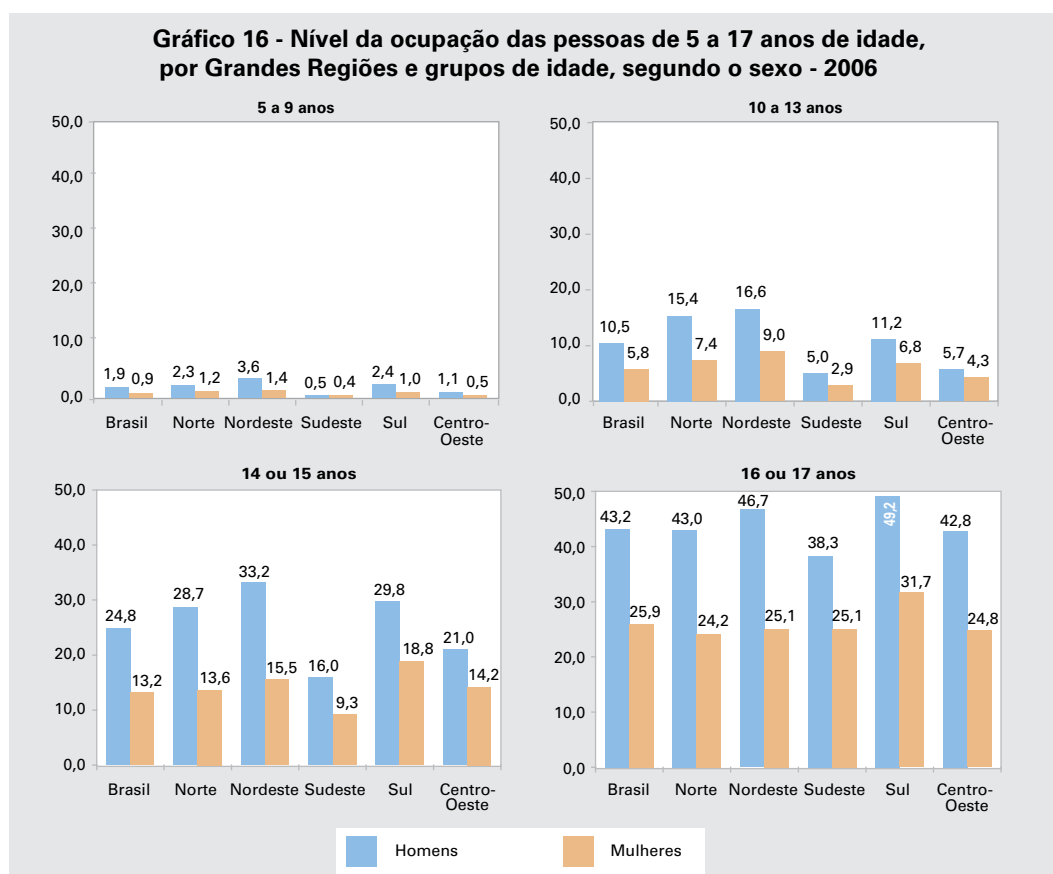
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Analisando a condição de ocupação das pessoas de referência dos domicílios onde existiam crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, foi verificado que quando o principal responsável estava ocupado como empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico ou conta-própria, a proporção de crianças e adolescentes exercendo afazeres domésticos era proporcionalmente maior do que as que não exerciam afazeres domésticos. Para ilustrar, assinalamos que, enquanto 26,7% das crianças e adolescentes que exerciam afazeres domésticos quando o responsável pelo domicílio era trabalhador por conta própria, entre aqueles que não exerciam este percentual era de 23,6%.

## Trabalho infantil

No Brasil, em 2006, segundo os dados da PNAD, 5,1 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 5 a 17 anos de idade, estavam trabalhando. Apesar deste número elevado, os dados, quando comparados com os de anos anteriores, apontam eficácia nas políticas implementadas no País, com resultados para a redução do trabalho infantil. Este fato se comprova no período mais recente, com a queda do nível da ocupação que passou de 11,8% em 2004, para 11,5%, em 2006<sup>1</sup>.

Na Região Nordeste, o nível da ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade (14,4%), em 2006, era superior aos observados nas demais regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

<sup>1</sup> Optou-se pela análise da evolução temporal a partir de 2004 por duas razões: é o período de comparação pertinente aos temas "Aspectos Complementares de Educação" e "Transferência de Renda de Programa Social do Governo", ora divulgados, pois foram ambos investigados naquele ano; desde 2004 a PNAD alcançou a totalidade da cobertura do Território Nacional, ao incluir as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá:

Em todas as regiões, o nível da ocupação das crianças e adolescentes do sexo masculino era superior àquele do feminino em todas as faixas etárias definidas para a análise.

A inserção na atividade econômica para a população de 5 a 13 anos de idade, apesar de a legislação brasileira, que proíbe o trabalho sob qualquer forma para as crianças e adolescentes com menos de 14 anos, não apresentou alteração, pois o nível da ocupação em 2006, estimado em 4,5%, não mudou ante o ano 2004. Ao desagregar os dados, constatou-se que 237 mil crianças de 5 a 9 anos de idade estavam trabalhando. Cumpre destacar que estas crianças ainda não tinham atingido a idade para ingressar na 4ª série do ensino fundamental e, todavia, já trabalhavam. Este contingente representava 1,4% da população total de 5 a 9 anos de idade.

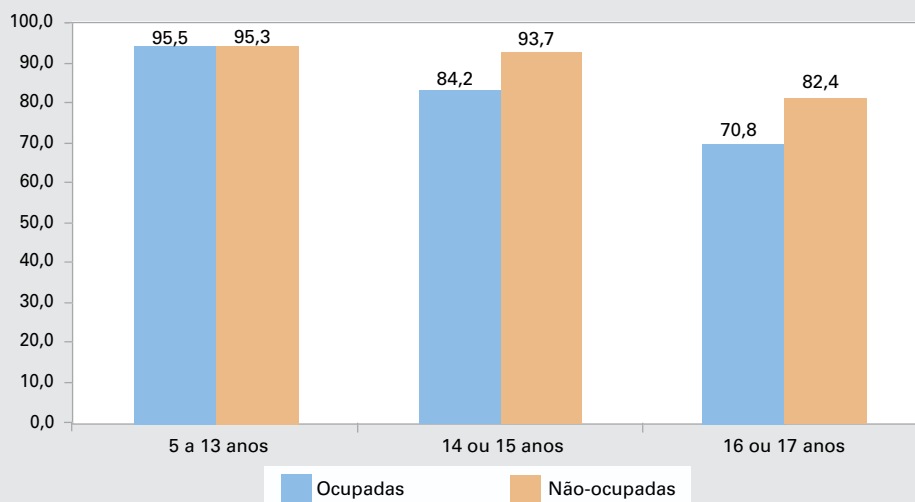
De igual forma, os dados desagregados permitiram constatar também que da população de 10 a 13 anos de idade 8,2% já estavam trabalhando.

Segundo os dados da pesquisa, os adolescentes com 14 ou 15 anos de idade ocupados totalizavam 1,3 milhão de pessoas, o que representava, aproximadamente, 19,0% da população total com 14 ou 15 anos de idade. Salienta-se que, de acordo com a legislação brasileira estas crianças e adolescentes poderiam trabalhar, desde que estivessem inseridos em atividades relacionadas à qualificação profissional, na condição de aprendizes.

Os 2,4 milhões de adolescentes com 16 ou 17 anos de idade ocupados, também aptos ao trabalho, segundo a legislação brasileira, desde que não estejam envolvidos em atividades noturnas, perigosas e insalubres, representavam em 2006, aproximadamente 1/3 da população com 16 ou 17 anos de idade.

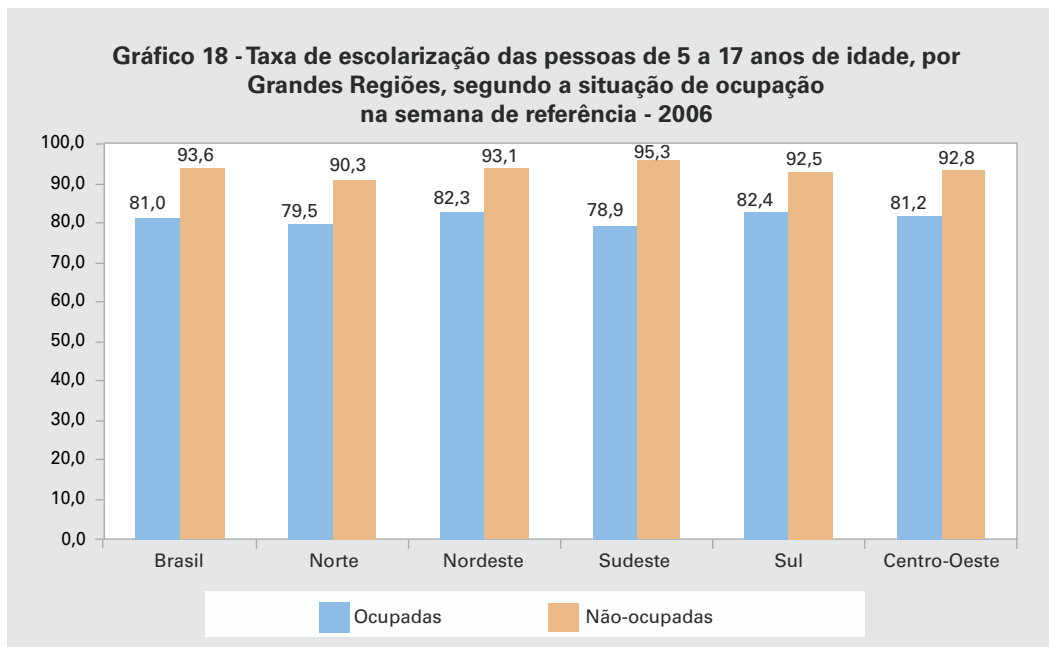
O trabalho infantil tem reflexos na taxa de frequência à escola. É o que demonstra o Gráfico 17, onde podem ser observadas as diferenças entre as taxas de escolarização das crianças e adolescentes ocupados e não-ocupados, que são mais significativas especialmente para aqueles com 14 a 17 anos de idade, correspondendo à faixa etária com maior nível da ocupação (26,9%).

**Gráfico 17 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo a situação de ocupação na semana de referência - Brasil - 2006**



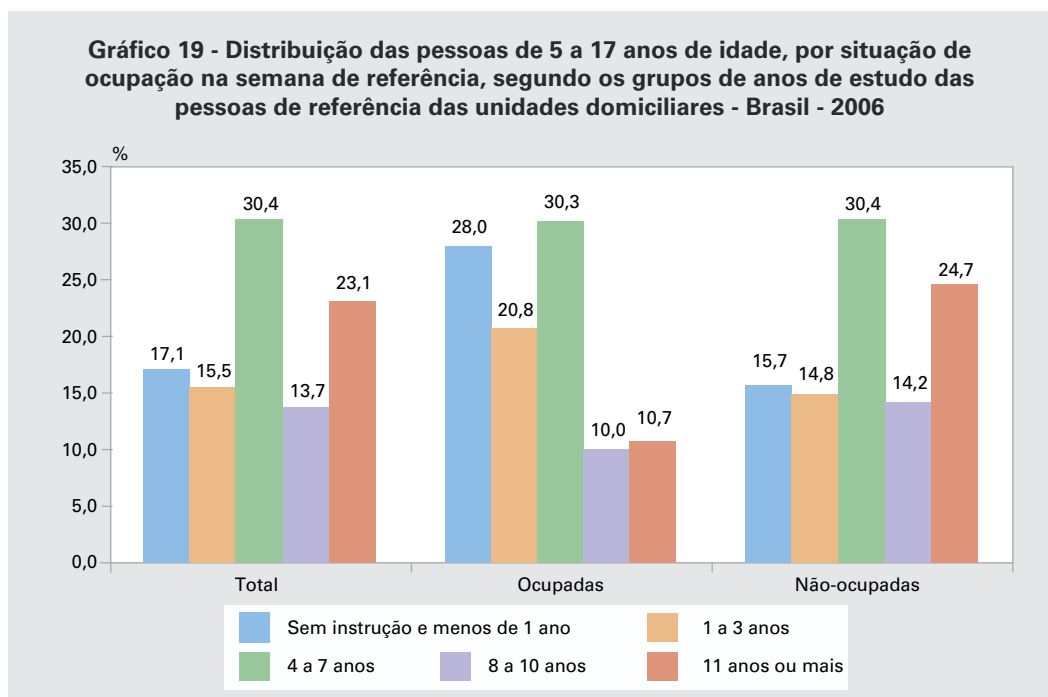
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Na Região Norte, as taxas de escolarização eram as mais baixas e a Região Sudeste abrigava a maior diferença entre as taxas das crianças e adolescentes, segundo a situação de ocupação.



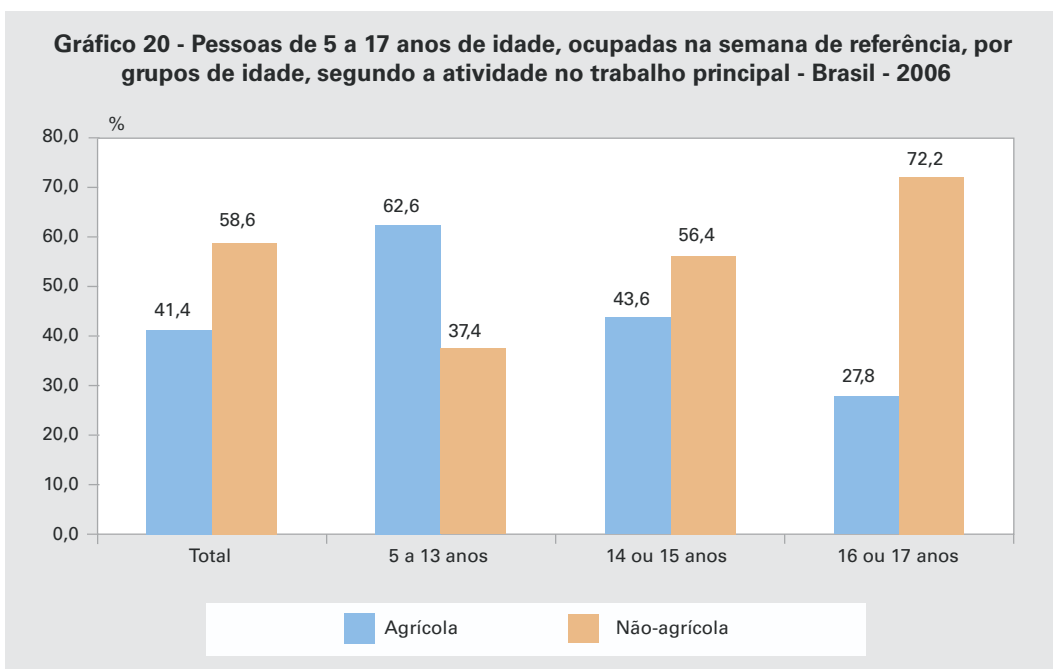
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em relação à escolaridade, a pesquisa estimou que o percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados sem instrução ou com menos de um ano de estudo (28,0%) era superior ao dos não-ocupados (15,7%). O percentual dos ocupados com 8 a 10 anos de estudo (10,0%) era inferior ao dos não-ocupados (14,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Outro resultado apontado pela pesquisa foi que, quanto mais elevada a faixa etária, menor era o percentual de crianças e adolescentes ocupados em atividades agrícolas. Cerca de 41,4% das crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 5 a 17 anos de idade estavam inseridas em atividades agrícolas. Entre aqueles na faixa etária de 5 a 13 anos de idade, a proporção era maior, três em cada cinco crianças e adolescentes trabalhavam no Brasil em atividades agrícolas. Nas faixas de 14 ou 15 e 16 ou 17 anos de idade havia uma predominância de adolescentes em atividades não-agrícolas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Na Região Nordeste, 69,0% das crianças e adolescentes trabalhadores de 5 a 13 anos de idade, estavam ocupados em atividades agrícolas. A Região Sudeste foi a que apresentou o menor percentual de crianças e adolescentes ocupados nestas atividades, 43,7%.

Em quase todas as regiões, o percentual de ocupados em atividades agrícolas, na faixa etária de 5 a 13 anos de idade, era superior ao daqueles envolvidos em atividades não-agrícolas. A única exceção ficou por conta da Região Sudeste. Na Região Nordeste, este comportamento se estendeu até a faixa etária de 14 a 17 anos de idade.

Analisando a distribuição das crianças e adolescentes ocupados com 5 a 17 anos de idade, verificou-se que 45,9% estavam contratados como empregado ou como trabalhador doméstico, e 36,1% era trabalhador não-remunerado. Observou-se, também, que, à medida que aumentava a faixa etária, caía a proporção de *trabalhadores não-remunerados* e aumentava o percentual de *empregados e trabalhadores domésticos*.

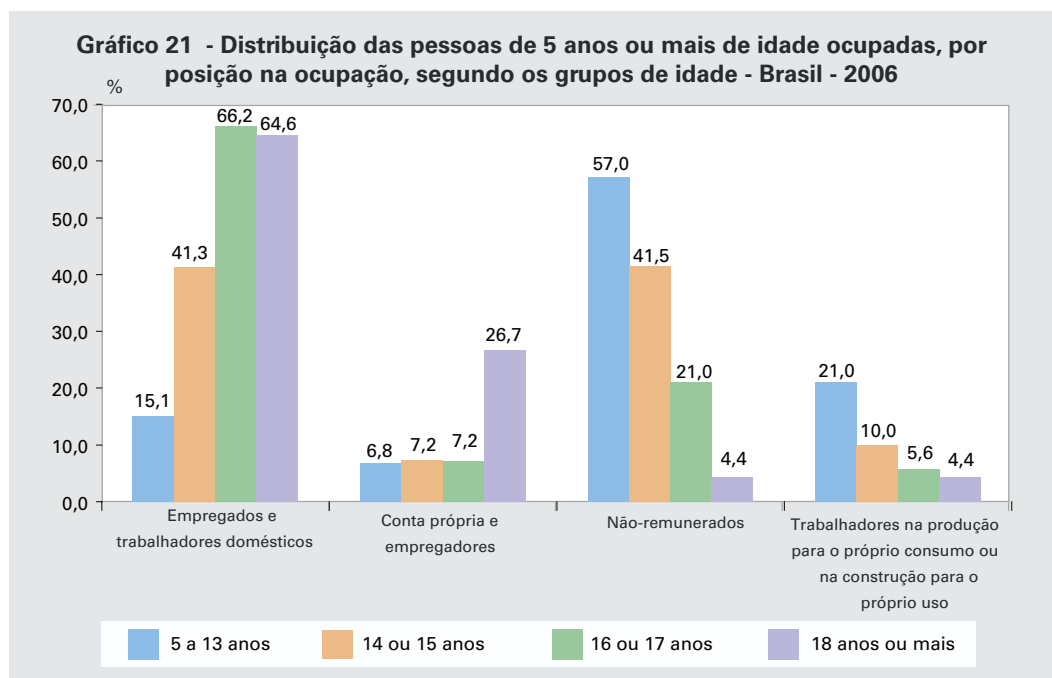
**Tabela 8 - Distribuição das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e a atividade do trabalho principal - 2006**

Grupos de idade e atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agrícola	19,5	22,8	34,0	9,7	21,3	16,5
Não-agrícola	80,5	77,2	66,0	90,3	78,7	83,5
<b>5 a 13 anos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agrícola	62,6	59,6	69,0	43,7	69,1	52,4
Não-agrícola	37,4	40,4	31,0	56,3	30,9	47,6
<b>14 a 17 anos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agrícola	33,4	37,4	51,3	16,6	31,8	20,4
Não-agrícola	66,6	62,6	48,7	83,4	68,2	79,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

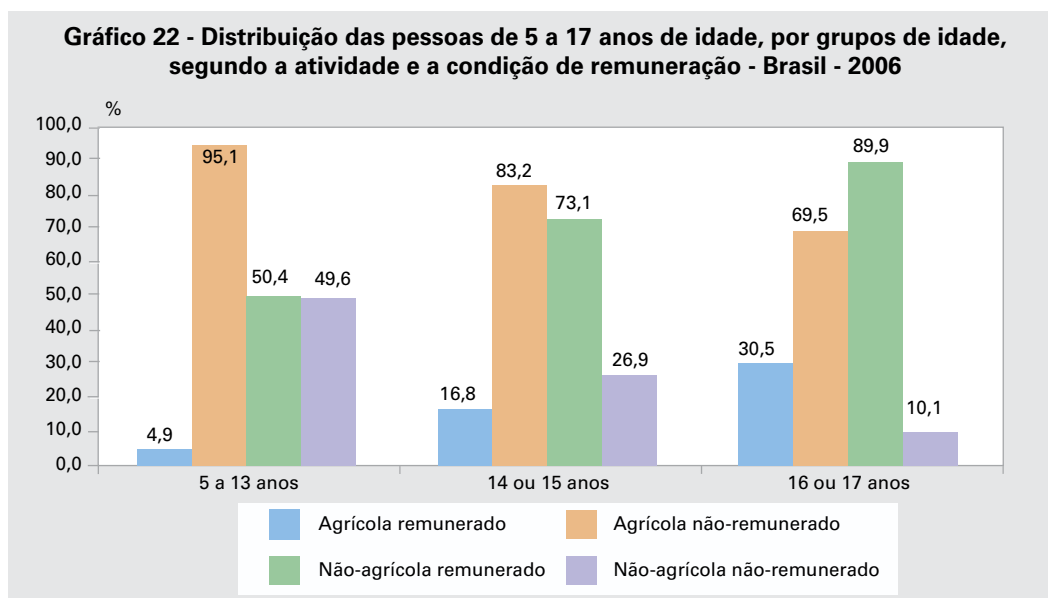
No Brasil, aproximadamente 60,0% das crianças e adolescentes ocupados, de 5 a 13 anos de idade desenvolviam, em 2006, atividades não-remuneradas. Entre aqueles trabalhadores com 14 ou 15 anos de idade esta proporção era pouco mais de 40%. No grupo dos que trabalhavam e tinham 16 ou 17 anos de idade, os *não-remunerados* representavam pouco mais de um quinto; entre aqueles ocupados com 18 anos ou mais de idade representavam apenas 4,4%.

A participação de *trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso*, apresentou comportamento similar a do grupo dos não-remunerados, ainda que em patamares bem mais baixos.



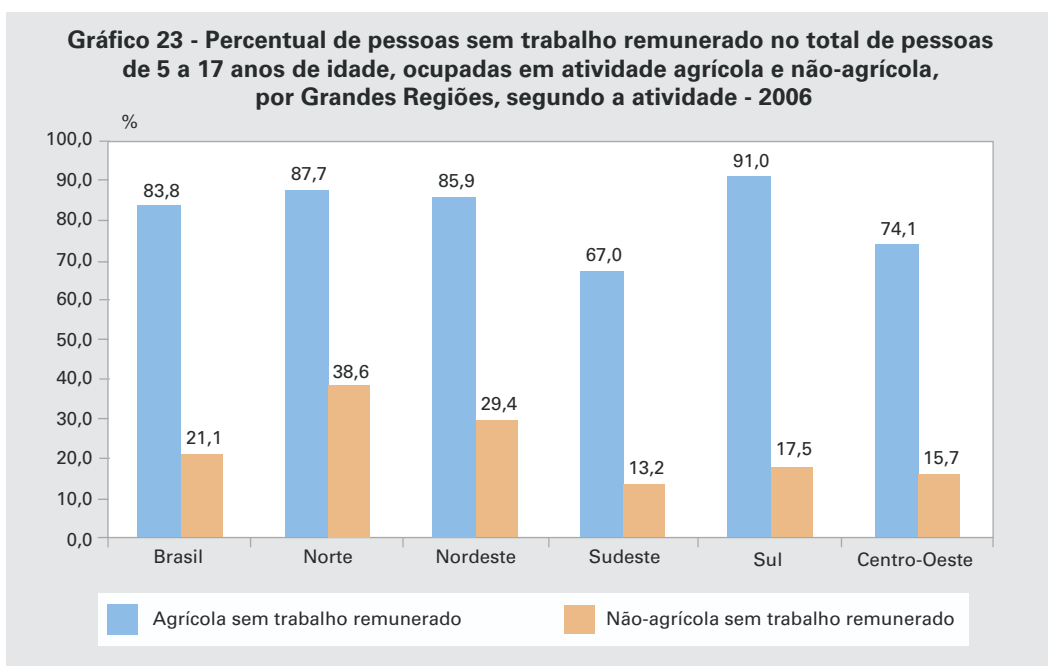
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Constatou-se, também, que o trabalho sem contrapartida de remuneração, estava intensamente presente entre as crianças e adolescentes ocupados, de 5 a 17 anos de idade. Entre os trabalhadores mais novos (5 a 13 anos de idade), esta característica de inserção no mercado de trabalho era mais forte entre os que estavam em atividades agrícolas. Nessa mesma faixa etária, o percentual de crianças e adolescentes sem trabalho remunerado ocupados em atividades não-agrícolas representavam 49,6%.



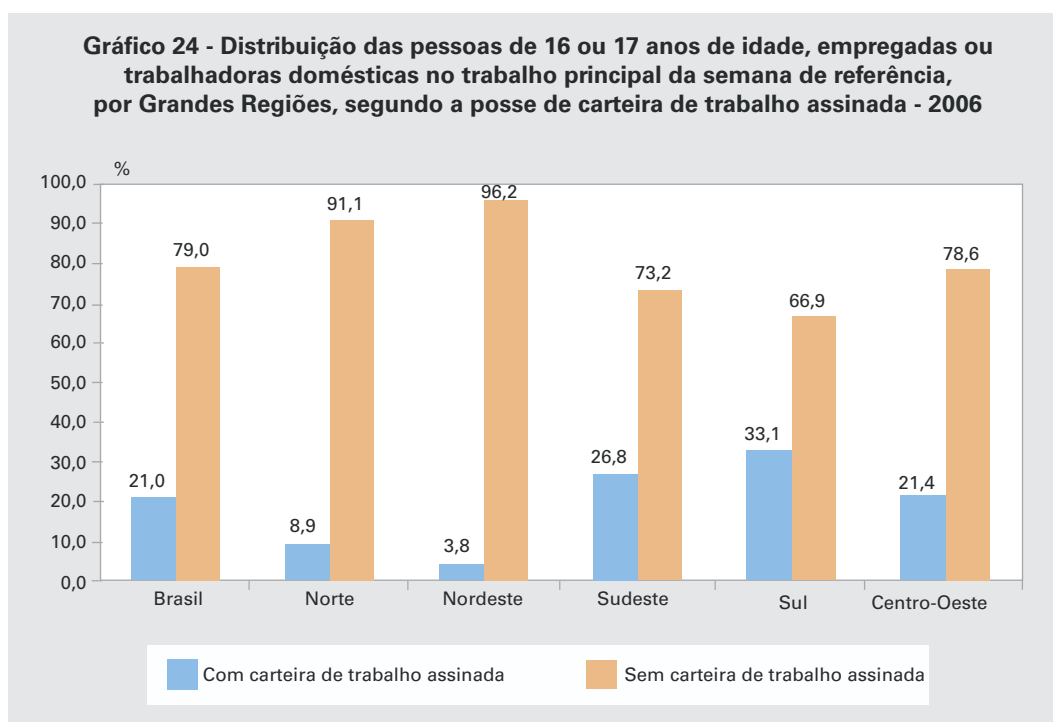
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em todas as regiões, a maioria das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade envolvidos em atividades agrícolas não recebia contrapartida em dinheiro por suas tarefas. Na Região Sul, este percentual chegou a 91,0%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Com as características já apresentadas anteriormente, que apontavam elevado percentual de crianças e adolescentes em atividades agrícolas e trabalhando sem contrapartida de remuneração, era esperado que o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada fosse baixo. No Brasil, aproximadamente 79,0% das crianças e adolescentes de 16 a 17 anos de idade que estavam trabalhando como empregados ou trabalhadores domésticos não tinham carteira de trabalho assinada. Na Região Nordeste foi encontrado o percentual mais baixo do total de crianças e adolescentes nessa faixa etária ocupados com carteira de trabalho assinada, 3,8%. Na Região Sul, o percentual dos trabalhadores com carteira assinada era o mais alto (33,1%).

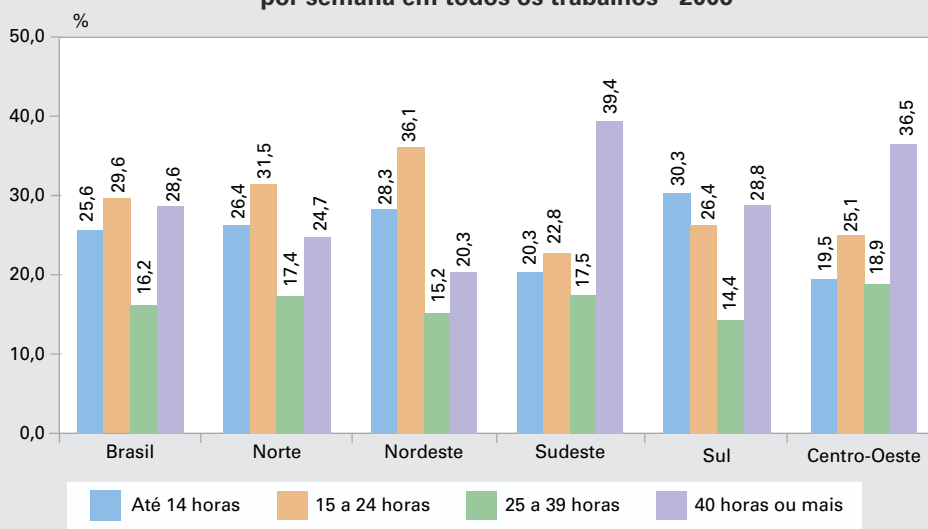


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Foi estimado em 28,6% a parcela da população de 5 a 17 anos de idade ocupada na semana de referência que cumpria jornada semanal de trabalho de 40 horas ou mais. O percentual de homens ocupados com 5 a 17 anos de idade que cumpriam 40 horas ou mais de trabalho semanal (30,7%) era superior ao de mulheres da mesma faixa etária (24,8%). Por outro lado, o percentual de mulheres (30,2%) que trabalhavam até 14 horas semanais era superior ao de homens (23,1%).

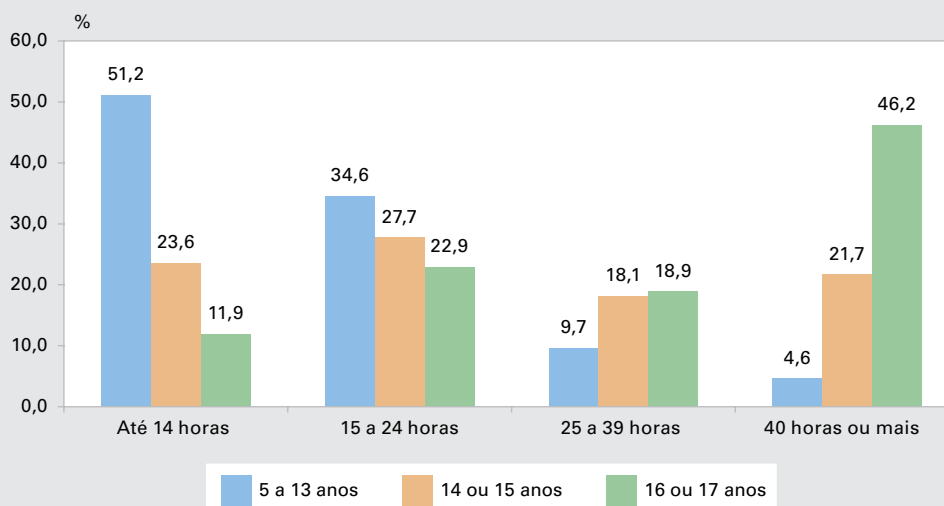
Ao analisar a jornada de trabalho semanal, segundo as faixas etárias, verificou-se que mais da metade dos trabalhadores de 5 a 13 anos de idade (51,2%) trabalhavam até 14 horas por semana. Do total de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade, 4,6% trabalhavam 40 horas ou mais. Por outro lado, dentre os trabalhadores de 16 ou 17 anos de idade esse percentual era de 46,2%.

**Gráfico 25 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

**Gráfico 26 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo os grupos de idade - Brasil - 2006**



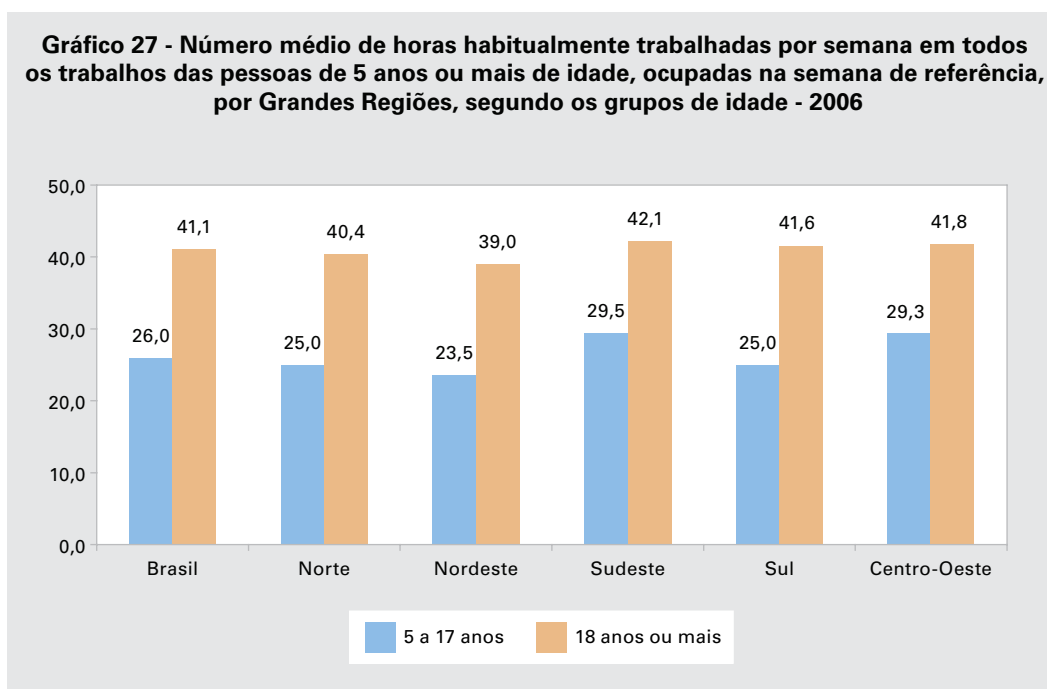
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A distribuição das crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade, por faixa de horas habitualmente trabalhadas, era diferenciada entre as regiões. Nas Regiões Norte e Nordeste aproximadamente 1/3 das crianças e adolescentes trabalhava de 15 a 24 horas (31,5% e 36,1%, respectivamente). As Regiões Sudeste e Centro-Oeste

apresentaram uma concentração maior de crianças e adolescentes na faixa de 40 horas ou mais (39,4% e 36,5%, respectivamente). Na Região Sul, o comportamento também era diferenciado, uma parcela expressiva das crianças e adolescentes (30,3%) estava concentrada na faixa de até 14 horas de trabalho semanal.

Em 2006, no País, as crianças e adolescentes trabalhadores de 5 a 17 anos de idade cumpriam jornada média de 26 horas semanais. Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste a jornada de trabalho era de aproximadamente 29 horas semanais.

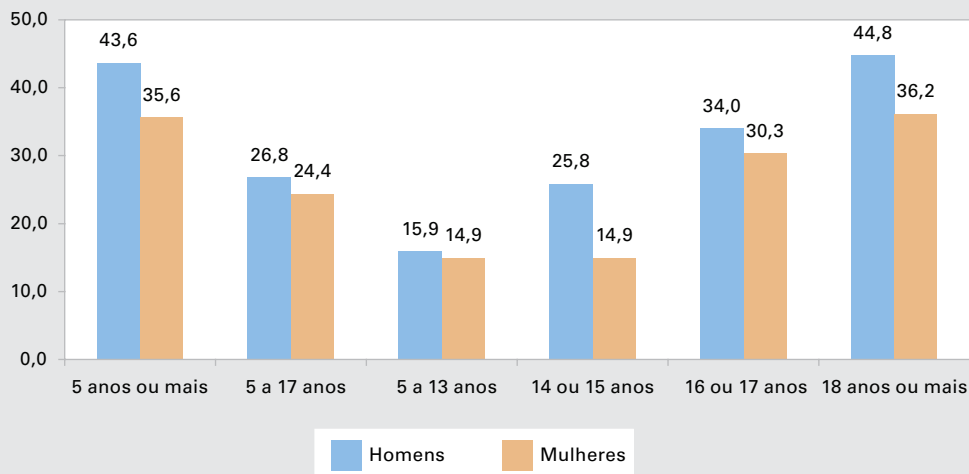
A jornada de trabalho das crianças e adolescentes era inferior a dos adultos. Em média, um adulto com 18 anos ou mais de idade trabalhava cerca de 41,1 horas, enquanto um menor de 5 a 17 anos de idade, trabalhava aproximadamente 26 horas. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram as menores diferenças entre as jornadas de trabalho das duas populações conforme mostra o Gráfico 27.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Os homens ocupados de 5 a 17 anos de idade trabalhavam cerca de 26,8 horas por semana, enquanto as mulheres da mesma faixa etária trabalhavam cerca de 24,4 horas por semana. É interessante observar que, na faixa de 5 a 13 anos de idade, a diferença entre as jornadas de homens e mulheres era de apenas uma hora. Nas faixas superiores a diferença era mais significativa. Na idade adulta (18 anos ou mais), a diferença era, também, relevante.

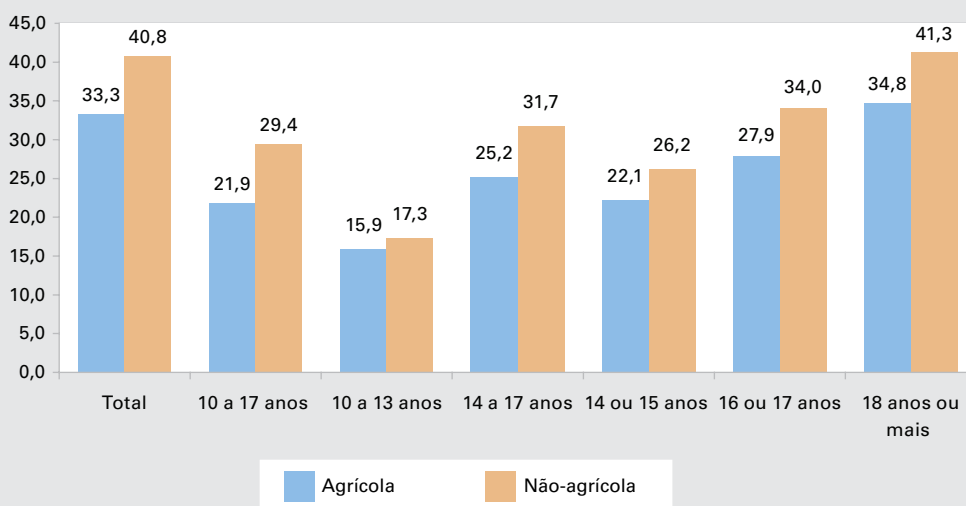
**Gráfico 28 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade, segundo o sexo - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

O número médio de horas trabalhadas, estimado para a população de 10 a 17 anos de idade, na atividade agrícola, foi de 33,3 horas semanais, inferior ao estimado para atividades não-agrícolas (40,8 horas). Em todas as faixas etárias, o número médio de horas trabalhadas nas atividades agrícolas era inferior ao das atividades não-agrícolas.

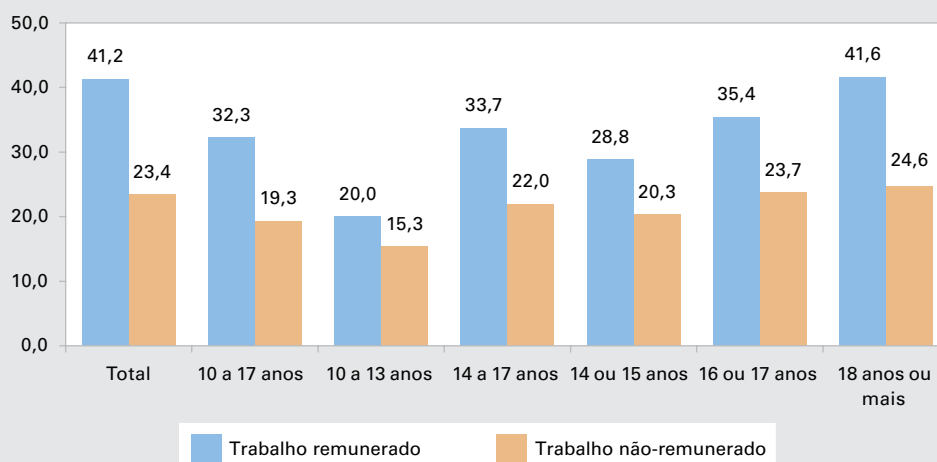
**Gráfico 29 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade, segundo a atividade do trabalho principal - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Para os que eram remunerados, em todas as faixas etárias, o número médio de horas trabalhadas era superior ao dos que não recebiam remuneração. As diferenças cresciam, à medida que aumentava a faixa etária. Não foram verificadas diferenças significativas de comportamento entre as regiões.

**Gráfico 30 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade, segundo a condição de remuneração no trabalho principal Brasil - 2006**

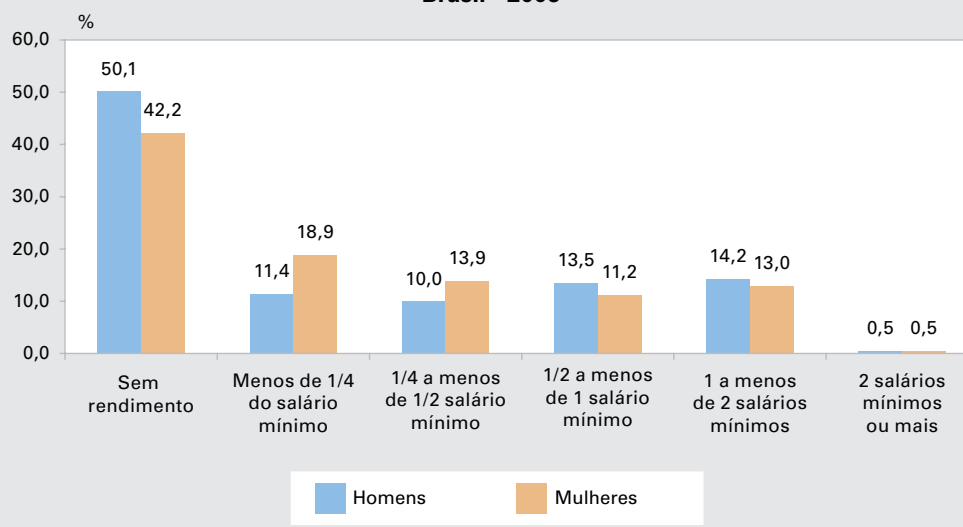


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Uma parcela relevante das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados na semana de referência trabalhava sem receber rendimento por seu trabalho (47,3%). Sendo que 14,1% ganhava menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

No que se refere à distribuição da população, segundo as classes de rendimento, registrou-se que o percentual de mulheres sem rendimento era inferior ao de homens. Notou-se, também, que havia uma concentração maior de mulheres nas faixas de rendimentos mais baixos.

**Gráfico 31 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo o sexo Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A distribuição das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, era diferenciada entre regiões. A Tabela 9 mostra que em quase todas as regiões havia uma proporção maior de crianças e adolescentes na classe dos sem rendimento. Verificou-se, ainda, que nas Regiões Norte e Nordeste, a parcela dos ocupados sem rendimento representava cerca de 3/5 (60,8% e 62,0%, respectivamente) das crianças e adolescentes que trabalhavam. Comportamento esperado, dado o maior peso do trabalho agrícola nestas regiões.

**Tabela 9 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2006**

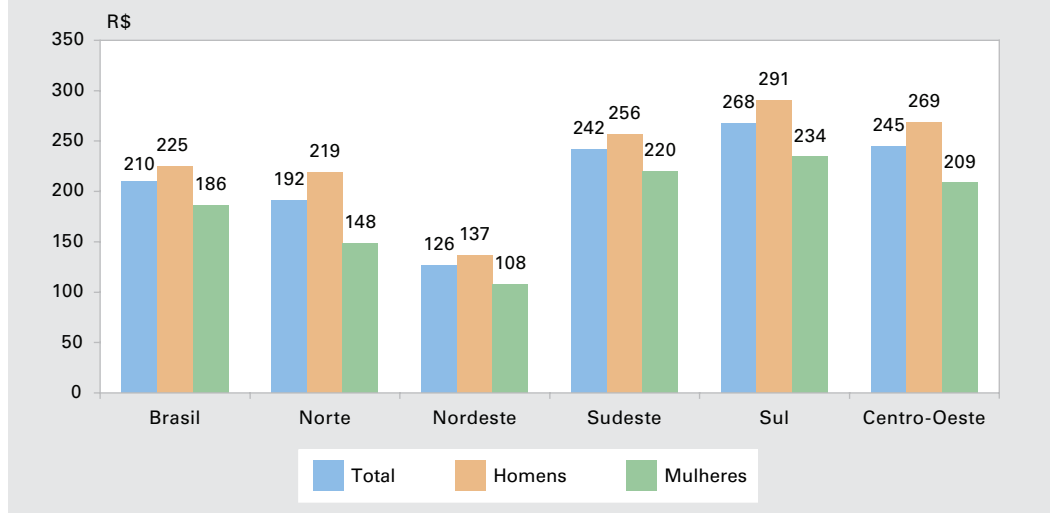
Grupos de idade e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 1/4 do salário mínimo	14,1	9,8	18,6	14,3	7,7	9,0
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	11,4	11,5	9,6	13,4	9,3	17,6
1/2 a menos de 1 salário mínimo	12,7	9,9	6,7	19,9	13,9	18,4
1 a menos de 2 salários mínimos	13,8	7,5	2,7	25,7	20,1	22,1
2 salários mínimos ou mais	0,5	0,3	0,1	0,9	0,7	1,2
Sem rendimento (1)	47,3	60,8	62,0	25,1	48,1	31,7
Sem declaração	0,3	0,1	0,2	0,6	0,1	-
<b>5 a 13 anos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 1/4 do salário mínimo	15,2	8,0	15,1	27,0	9,4	12,8
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	3,8	4,4	1,8	6,8	4,3	10,2
1/2 a menos de 1 salário mínimo	1,8	1,9	0,6	4,3	2,8	2,5
1 a menos de 2 salários mínimos	0,5	0,9	0,1	1,7	0,3	0,5
2 salários mínimos ou mais	-	-	-	-	-	-
Sem rendimento (1)	78,5	84,8	82,3	59,7	83,2	74,0
Sem declaração	0,2	0,1	0,2	0,5	-	-
<b>14 a 17 anos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 1/4 do salário mínimo	13,7	10,7	20,5	11,8	7,0	8,1
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	14,2	15,2	13,8	14,8	11,1	19,3
1/2 a menos de 1 salário mínimo	16,8	14,2	10,0	23,0	17,8	22,2
1 a menos de 2 salários mínimos	18,8	11,0	4,2	30,5	27,2	27,3
2 salários mínimos ou mais	0,7	0,5	0,2	1,0	1,0	1,5
Sem rendimento (1)	35,5	48,1	51,1	18,2	35,6	21,6
Sem declaração	0,3	0,2	0,2	0,7	0,2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Em 2006, o rendimento médio mensal proveniente de trabalho das crianças e adolescentes com remuneração no País, foi estimado em R\$ 210,00. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste era aproximadamente o dobro daquele observado na Região Nordeste. Em todas as regiões o rendimento das mulheres era inferior ao dos homens.

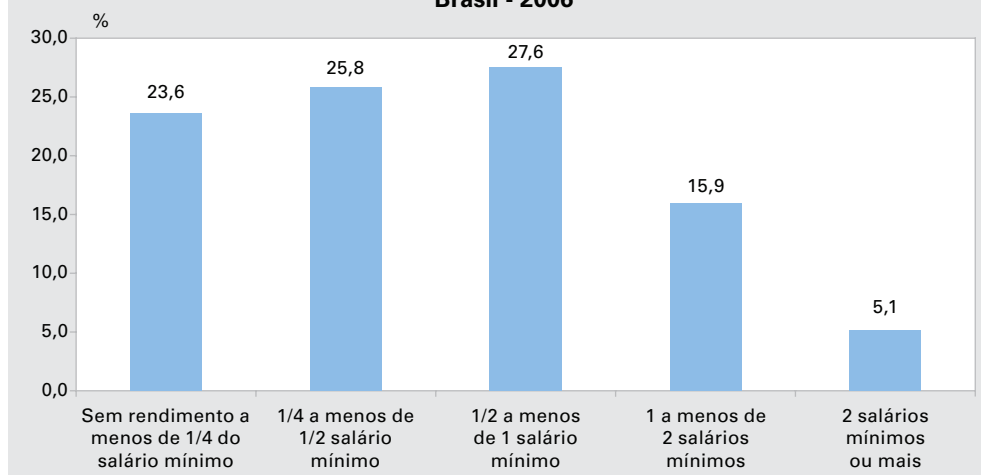
**Gráfico 32 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Do total de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, aproximadamente 77,0% moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era menor que um salário mínimo. Na Região Nordeste, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores, residindo em domicílios desta classe de rendimento, foi de 93,1%. Ainda nessa região, cabe salientar que 95,4% das crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 13 anos de idade moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era inferior a um salário mínimo.

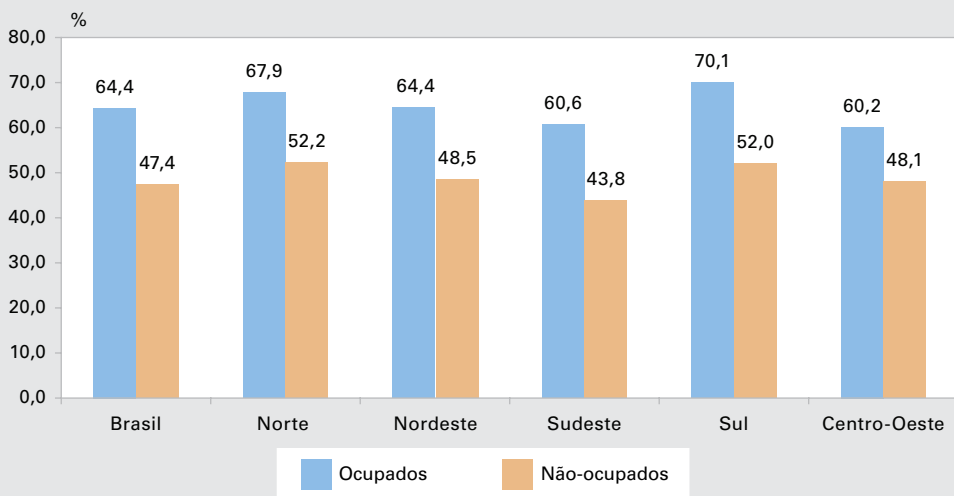
**Gráfico 33 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em torno de 64,4% das crianças e adolescentes ocupados no Brasil exercia afazeres domésticos, dentre os não-ocupados, foi verificado que menos da metade realizava estas atividades.

**Gráfico 34 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência - 2006**



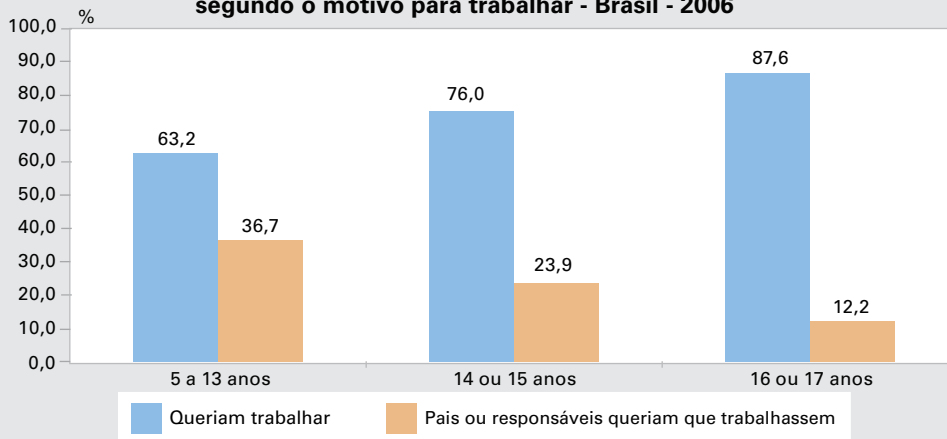
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Com o objetivo de conhecer mais detalhes sobre a inserção do menor no mercado de trabalho, ampliou-se a investigação das características do trabalho das crianças e adolescentes de 15 a 17 anos de idade na PNAD 2006.

Uma das questões referia-se ao principal motivo que levou a criança ou adolescente a trabalhar. Foram colocadas duas alternativas de resposta: queriam trabalhar ou os pais ou responsáveis queriam que trabalhassem.

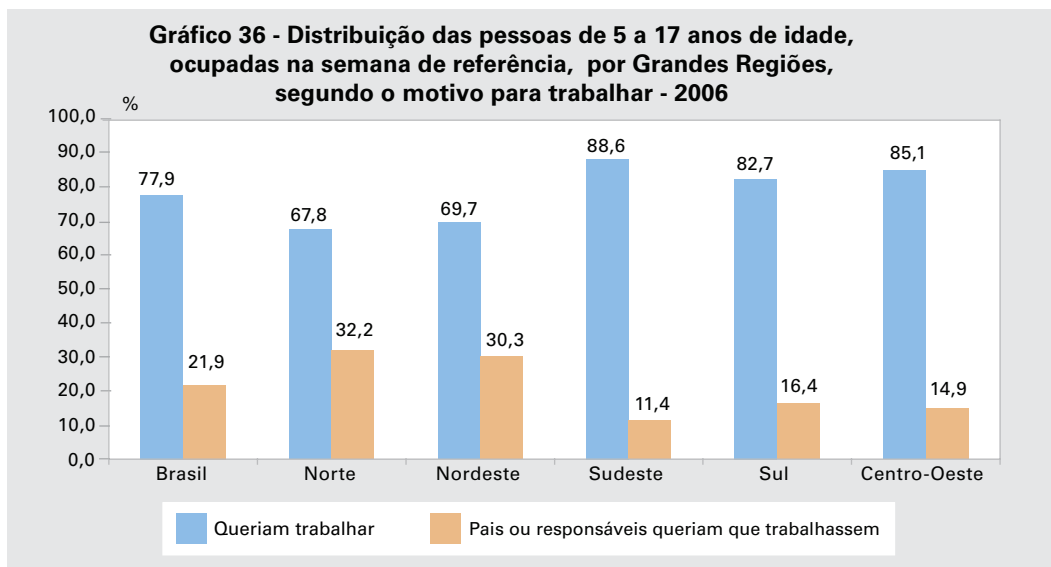
Estima-se em 77,9% a parcela de crianças e adolescentes ocupados que queriam trabalhar. A análise desta investigação por sexo não foi muito diferenciada. Entre os homens, 76,6% queriam trabalhar e, entre as mulheres, este percentual foi estimado em 80,3%. Por grupos de idade, à medida que aumentava a faixa etária, crescia o percentual de crianças e adolescentes trabalhadores que queriam trabalhar, conforme mostra o Gráfico 35.

**Gráfico 35 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade, segundo o motivo para trabalhar - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

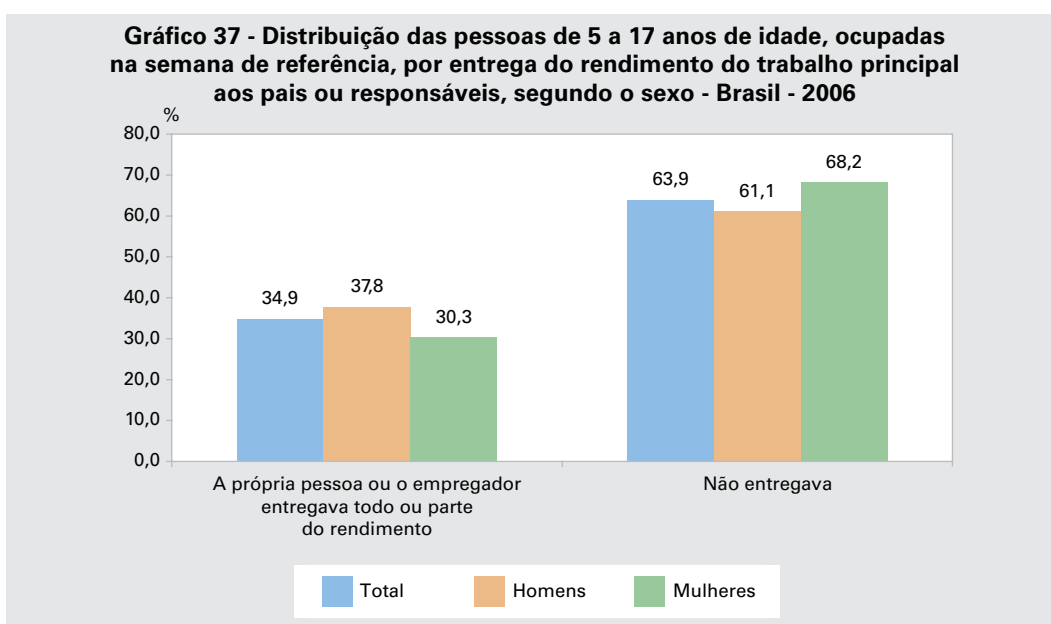
O percentual de crianças e adolescentes ocupados que queriam trabalhar era inferior nas Regiões Norte e Nordeste, 67,8% e 69,7%, respectivamente. Nas demais regiões, esta opção ultrapassava 80,0%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

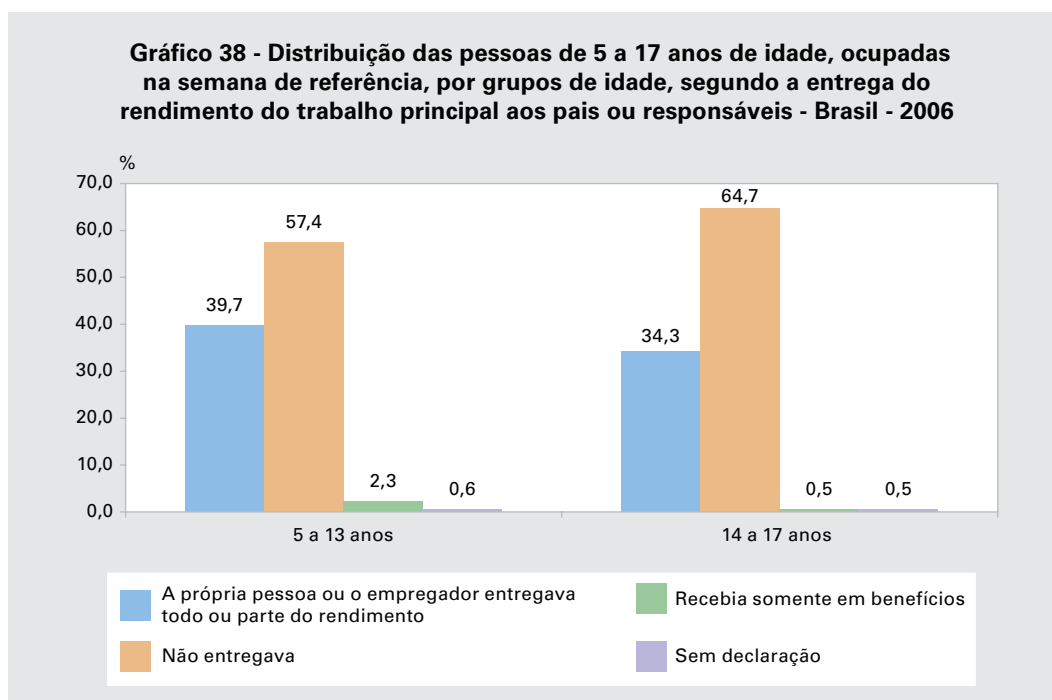
O destino do rendimento proveniente do trabalho também foi um tema abordado. A maior parte das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados e remunerados não entregavam os rendimentos recebidos para os pais ou responsáveis (63,9%). Cerca de 1/3 tinha o seu rendimento entregue para seus pais ou responsáveis por eles mesmos ou diretamente pelo seu empregador.

O percentual de homens que não entregava o rendimento (61,1%) era inferior ao de mulheres na mesma condição (68,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

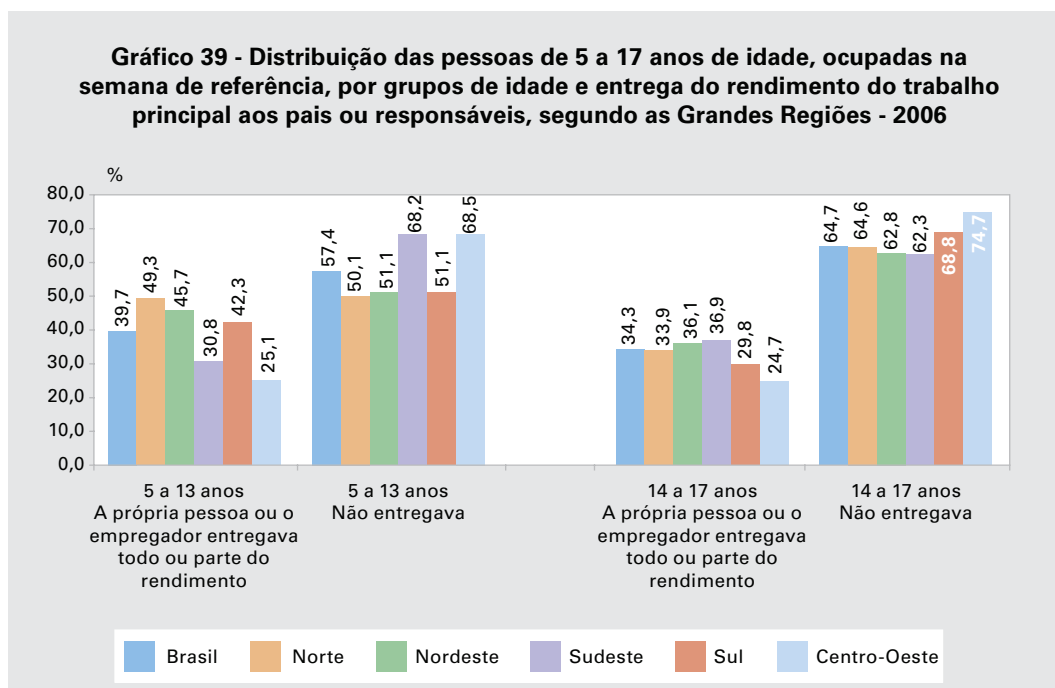
Por faixa etária, verificou-se que a parcela das crianças e adolescentes não remunerados com 5 a 13 anos de idade que não entregava o rendimento era inferior à daqueles com 14 a 17 anos de idade que declararam não entregar (57,4% e 64,7%, respectivamente).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nas Regiões Norte (50,1%), Nordeste (51,1%) e Sul (52,6%) o percentual de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade, cujo rendimento não era entregue aos pais, era inferior ao verificado nas Regiões Sudeste (68,2%) e Centro-Oeste (68,5%). Em cada uma das regiões, mais de 60,0% das crianças e adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos de idade não entregavam o rendimento a seus pais ou responsáveis. A Região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior percentual de crianças e adolescentes trabalhadores dessa faixa de idade que não entregavam os rendimentos recebidos para os pais ou responsáveis (74,7%).

Outra preocupação que cerca a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é o risco a que elas podem estar sujeitas. Os machucados e doenças podem ocorrer em função da fragilidade ou inexperiência que as crianças e adolescentes apresentam por ainda estarem em processo de formação. É conhecido que estes machucados e doenças podem ocorrer através: do manuseio inadequado de ferramentas, máquinas ou instrumentos, tais como: facas, enxadas, foices, máquinas de moer ou cortar, etc.; de picadas ou mordidas de animais; do contato direto com produtos tóxicos; de atropelamentos, para os que trabalham em vias públicas; de queimaduras, para aqueles que trabalham com preparo de alimentos ou lidam com ferro de passar roupas; do excesso de peso para aqueles que trabalham com cargas; de quedas, para aqueles que trabalham em andaimes nas construções. Há que se considerar ainda as lesões que podem advir pelo esforço repetitivo, e de muitos outros riscos que não foram citados aqui.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

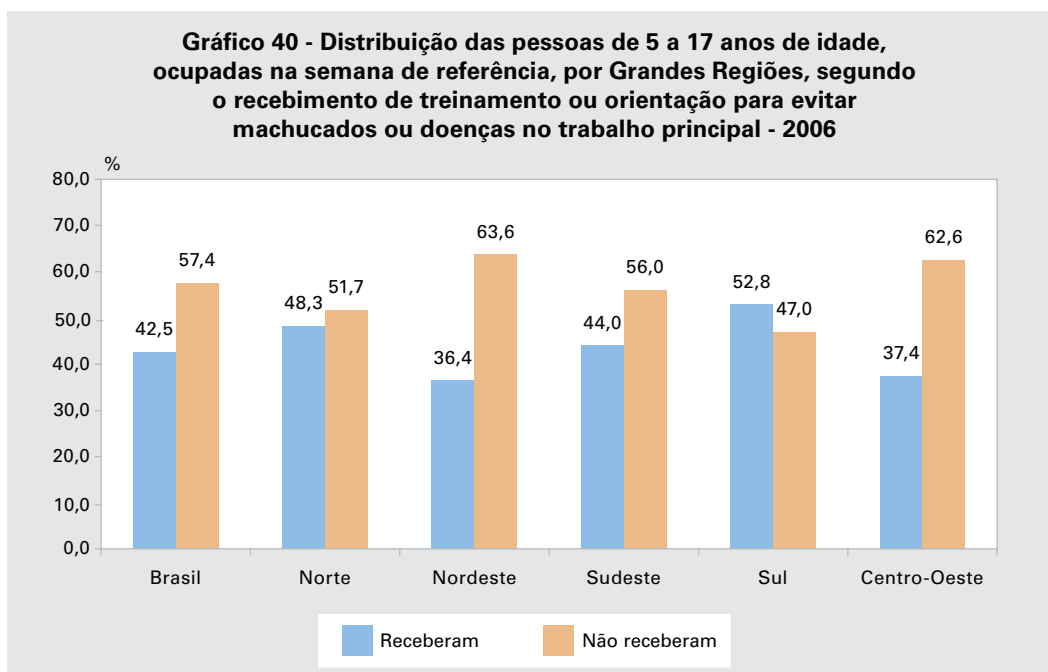
Em decorrência do exposto acima, a PNAD 2006 trouxe em seu suplemento perguntas referentes ao treinamento ou orientação para evitar a ocorrência de machucados ou doenças em função de atividades laborais.

A pesquisa considerou como treinamento qualquer orientação para evitar machucados ou doenças no trabalho.

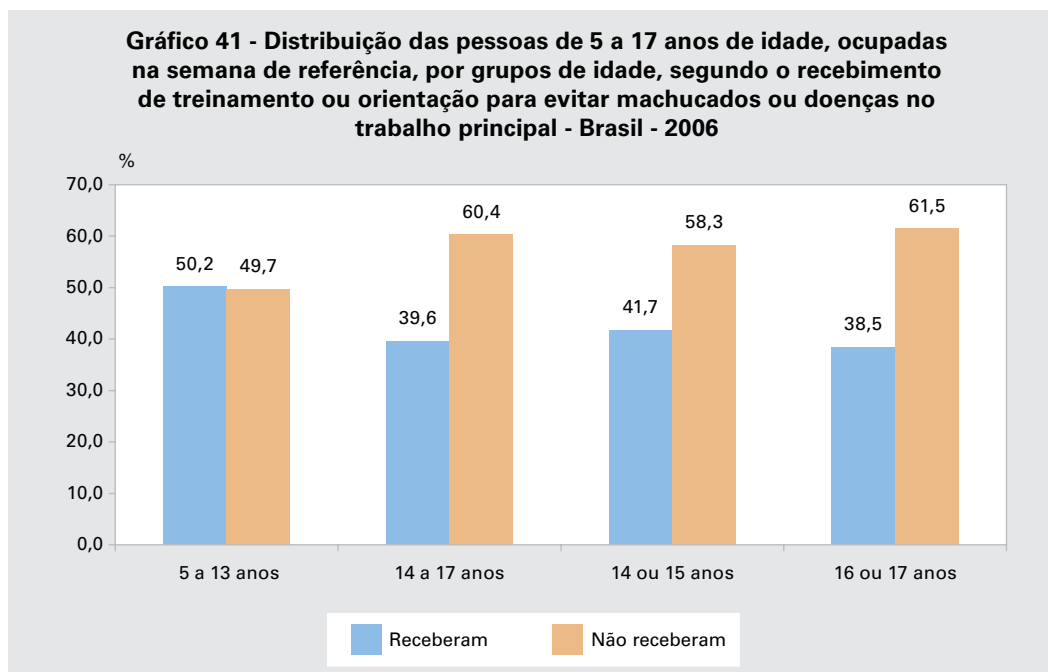
Mais da metade das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, ocupados na semana de referência, não recebeu treinamento ou orientação de como evitar machucados ou doenças no trabalho. Nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste mais de 3/5 (63,6% e 62,6%, respectivamente) não receberam treinamento. A Região Sul foi a que apresentou o maior percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que recebeu treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças no trabalho.

O percentual de homens de 5 a 17 anos de idade (45,3%) que recebeu treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças no trabalho era superior ao de mulheres (37,4%).

Verificou-se que o percentual de crianças e adolescentes trabalhadores que receberam treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças no trabalho, reduzia à medida que crescia a faixa etária. Pouco mais da metade das crianças e adolescentes na faixa de 5 a 13 anos de idade receberam treinamento. Na faixa de 14 a 17 anos de idade, as crianças e adolescentes que receberam treinamento representavam aproximadamente 2/5 (39,6%).



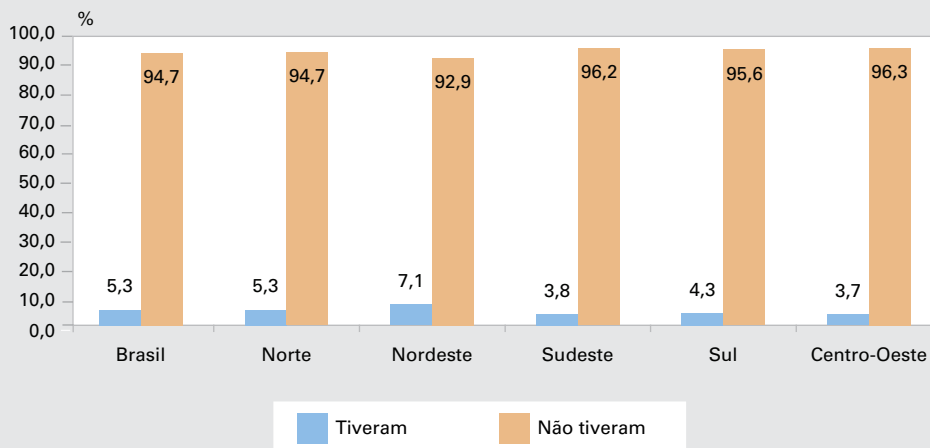
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Cerca de 94,7% das crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade não tiveram machucados ou doenças em função de atividades laborais. Em todas as regiões, o percentual de machucados ou doenças causados por atividades laborais foi inferior a 8,0%. Nas Regiões Norte (5,3%) e Nordeste (7,1%) verificou-se uma incidência maior de crianças e adolescentes trabalhadores com machucados ou doenças em função de atividades laborais.

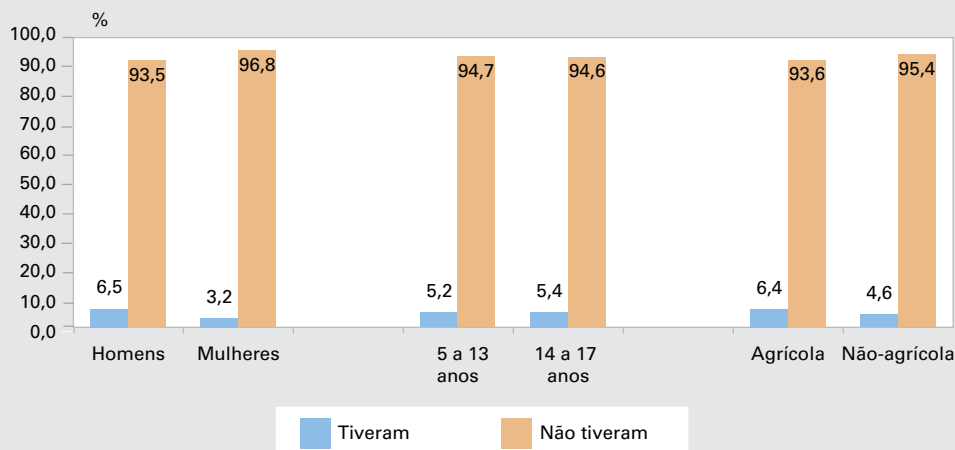
**Gráfico 42 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a ocorrência de machucado ou doença, no período de referência de 365 dias, devido ao trabalho principal - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

No que se refere à ocorrência de machucados ou doenças em função de atividades laborais, foi percebida diferenciação significativa entre os tipos de atividades desenvolvidas. O percentual de ocorrência de machucado ou doença nas crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que desenvolviam atividades agrícolas (6,4%) era superior ao observado naqueles em atividades não-agrícolas (4,6%).

**Gráfico 43 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, grupos de idade e atividade no trabalho principal, segundo a ocorrência de machucado ou doença, no período de referência de 365 dias, devido ao trabalho principal - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Além das características já apresentadas, a pesquisa abordou, também: o afastamento do trabalho nos últimos 365 dias, a procura de atendimento de saúde e o número de ocorrências em função de machucados e doenças causados no exercício de atividades laborais.

Os resultados mostraram que do total crianças e adolescentes ocupados, 57,5% que sofreram machucados ou doenças no exercício de atividades laborais no período de referência de 365 dias: tiveram afastamento do trabalho. A Região Sul foi a única onde o percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que não tiveram afastamento em função de machucados ou doenças causados no exercício de atividades laborais foi um pouco superior ao dos que se afastaram.